



Propriedade, Redacção e Administração

Federação Nacional dos Professores
Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA
Tels.: 213819190 - Fax: 213819198
E-mail: fenprof@fenprof.pt
Home page: <http://www.fenprof.pt>

Director: Mário Nogueira

Chefe de Redacção: Luís Lobo
luis.lobo@sprc.pt

Conselho de Redacção: Manuel Grilo (SPGL),
António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA),
João Sousa (SPM), Luís Lobo (SPRC), Manuel
Nobre (SPZS)

Coordenação técnica e apoio à Redacção:
José Paulo Oliveira (jornalista)
jppo@sapo.pt

Paginação e Grafismo: Tiago Madeira

Composição: FENPROF

Revisão: Inês Carvalho e Luís Lobo

Impressão: SOCTIP - Sociedade Tipográfica, S.A.
Estrada Nacional, nº 10, km 108.3 - Porto Alto
2135-114 Samora Correia
Tiragem média: 66.000 ex.
Depósito Legal: 3062/88
ICS 109940

O "JF" está aberto à colaboração dos professores,
mesmo quando não solicitada. A Redacção reserva-
-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar
quaisquer artigos, em função do espaço disponível.
Os artigos assinados são da exclusiva responsabili-
dade dos seus autores.

Sindicatos membros
da FENPROF



SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA
R. Fialho de Almeida, 3 - 1070-128 Lisboa
Tel.: 213819100 - Fax: 213819199
E-mail: spgl@spgl.pt
Home page: www.spgl.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES
DO NORTE
Edif. Cristal Park
R. D. Manuel II, 51-3º - 4050-345 Porto
Tel.: 226070500 - Fax: 226070595
E-mail: geral@spn.pt
Home page: www.spn.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES
DA REGIÃO CENTRO
R. Lourenço Almeida de Azevedo, 20
3000-250 Coimbra
Tel.: 239851660 - Fax: 239851666
E-mail: sprc@sprc.pt
Home page: www.sprc.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES
DA ZONA SUL
Av. Condes de Vil'Alva, 257
7000-868 Évora
Tel.: 266758270 - Fax: 266758274
E-mail: spzs.evora@mail.telepac.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES
DA REGIÃO AÇORES
Av. D. João III, Bloco A, Nº 10
9500-310 Ponta Delgada
Tel.: 296205960 - Fax: 296629698
Home page: www.spra.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES
DA MADEIRA
Edifício Elias Garcia, R. Elias Garcia,
Bloco V-1º A - 9054-525 Funchal
Tel.: 291206360 - Fax: 291206369
E-mail: spm@netmadeira.com
Home page: www.spm-ram.org

SINDICATO DOS PROFESSORES
NO ESTRANGEIRO
Sede Social: Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 Lisboa
Tel.: 213833737 - Fax: 213865096
E-mail: spfenprof@hotmail.com
Home page: www.spfenprof.org

De Magno a Pedreira, num beco sem saída

1 Ouvi um dos recentes programas que juntam à volta de uma mesa de estúdio de uma rádio nada mais nada menos que Luís Delgado, Ana Sá Lopes e Carlos Magno.

É um daqueles programas em que três amigos (ou pelo menos, conhecidos) trocam impressões sobre tudo de que se fala ao longo de uma semana. A forma descontraída como abordam assuntos de interesse vital para as pessoas e para a economia e a política nacionais preocupa-me. No último programa, 15 de Março, Carlos Magno interpretava o "diz que disse, mas parece que não disse, apesar de afinal ter dito..." da ministra e do secretário de estado Jorge Pedreira, a propósito de declarações de disponibilidade para aceitar a argumentação dos Sindicatos, com um "se eu fosse ministro ou secretário de estado e estivesse a reunir com os sindicatos não aceitaria que eles viessem cá para fora revelar aquilo que tinha sido tratado à mesa das negociações. Comigo nunca mais reuniriam!".

CM surgia assim como defensor do último bastião da honra e da ética, neste país tão pobre em atitudes e em valores... Inocente ou comprometido? Opto pela segunda.

Este comentador da rádio portuguesa é um ouvinte e telespectador atento. Ganha a vida a falar do que os outros falam ou escrevem. Sobrevive, como figura pública, da coscuvilhice sobre tudo o que possa ter interesse para os seus programas, tendo ganho uma assinalável projecção nos últimos 3 - 4 anos a defender as opções políticas de Sócrates, as medidas impostas e a supremacia do autoritarismo sobre a democracia participativa.

Carlos Magno sabia muito bem que tinha sido Pedreira quem se tinha entusiasmado com a possibilidade de tréguas, das quais seria protagonista, reganhando com isso uma projecção que nunca teve. Passaria a perna a Lurdes Rodrigues e sairia da sombra do seu companheiro de ministério, Valter Lemos. Optou pelo politicamente correcto e fez, mais uma vez, o elogio do defunto.

2 Por outro lado, a FENPROF era cautelosa, limitava-se a concordar com a presumível existência de uma lâmpada no fundo do túnel que talvez pudesse acender-se. Só dois dias depois, instada a pronunciar-se sobre o que se tinha passado na reunião de 11 de Março, e depois do que, quer a Ministra, quer o próprio Pedreira, disseram à comunicação social, negando notícias vindas a público, contou a verdade, então, para pôr fim à mentira que grassava sobre este episódio.

Mesmo depois de os outros dois participantes no programa terem manifestado compreensão pelos esclarecimentos dados, pois tratava-se da direcção da FENPROF a falar para os professores, esclarecendo sobre a realidade, Magno sentenciava: "comigo não reuniriam mais!"

Preocupa-me esta divisão do país entre os que, dos vários lados, dizem ter razão. Isso não é, como é óbvio, o mais importante, mas sim sair da situação em que o governo lançou as escolas e os professores, criando anti-corpos nada positivos para o futuro imediato.

Na sexta-feira, 14 de Março, a FENPROF disse, frente a Pedreira, na reunião por este marcada para apresentar formalmente as suas propostas, que, se o governo pretendia implementar o seu modelo de avaliação, num quadro de legalidade, só poderia fazê-lo recorrendo a uma de duas soluções possíveis: ou abrindo processo negocial para alterar o actual modelo, simplificando-o, ou adiando a sua aplicação para o próximo ano lectivo.

A primeira solução é impraticável, desde já, sendo, contudo uma linha de trabalho que claramente defendemos, no médio prazo. Já a segunda, respondendo aos apelos de especialistas em avaliação, da maioria das escolas e dos professores em geral, seria mais realista e abriria a possibilidade da sua experimentação e conseqüente ajustamento à realidade e às necessidades do sistema educativo.

Lurdes Rodrigues (embriagada pelos aplausos de fim-de-semana) optou pela irreductibilidade da sua posição, enquistando-se e querendo obrigar o sistema a violentar-se no momento em que as escolas mais precisariam de calma e serenidade. Até quando será isto suportável!?

5 Editorial
Orgulhosamente juntos!

6 Acção Reivindicativa
Cronologia de uma Luta

12 Instabilidade
Dar visibilidade à luta contra a "prova de ingresso"

13 Sistema Educativo
Contra esta Reforma do Ensino Artístico Especializado

15 Semana de Luto nas Escolas
Escolas dão visibilidade ao Protesto

17 Dossier
MARCHA DA INDIGNAÇÃO
Terreiro do Paço transformou-se em Terreiro da Indignação

26 Crónica
Políticos Amadores no Poder
José Paulo Oliveira

27 Proposta
FENPROF LANÇA INICIATIVA INÉDITA
Proposta alternativa de Avaliação do Desempenho

28 Entrevista
Mariano Gago está a ofender a autonomia
com João Cunha Serra

34 Igualdade entre Mulheres e Homens
Democracia Paritária — Projectos nas Escolas



Depois do Luto nas Escolas Prosegue o Protesto

O Luto nas Escolas tenderá a perpetuar-se até que a verdade, a disponibilidade negocial e a mudança de políticas substituam a arrogância, a incapacidade negocial e o desconhecimento gritantes deste Ministério da Educação. Por todo o país a contestação generaliza-se e não só entre os professores. A insustentabilidade das atitudes dos nossos governantes começa a ser perturbadora deste final de ano lectivo. Enlutado e sombrio, mas em Luta, cumprimos o 3.º período

Professores e educadores reafirmam determinação para prosseguirem a luta



Promoção, ao longo do 3º período, das “Segundas-feiras de Protesto”

Os professores e educadores portugueses reafirmam (na Marcha de 8 de Março) a sua profunda indignação e, por esse motivo, reafirmam, também, toda a sua determinação para prosseguirem a luta, caso as suas propostas não sejam tidas em conta, anunciando, desde já:

- Uma Semana Nacional de Luto nas Escolas na última semana de aulas do segundo período (entretanto realizada - ver página 15).
- A aprovação de “Tomadas de Posição” nas escolas, ao longo da Semana de Luto, que reafirmam a resolução que hoje aprovamos e serão enviadas ao Primeiro Ministro, à Ministra da Educação e à Comissão Parlamentar de Educação.
- A entrega ao Governo, no primeiro dia de aulas do 3º período, do Abaixo-Assinado que hoje correu e correrá, ainda, nas escolas, em que se reafirmam, mais uma vez, as posições que iremos aprovar.
- A promoção, ao longo do 3º período, das “Segundas-feiras de Protesto”, como forma de iniciar cada semana de trabalho. Os professores concentrar-se-ão em locais públicos, como têm feito, e manifestar-se-ão de acordo com o seguinte calendário: **7 de Abril** - iniciativa para divulgação do calendário das acções e locais de concretização; **14 de Abril** - protestos no Norte do País,

em todas as suas capitais de distrito e em algumas das maiores cidades da região; **21 de Abril** - protestos na região Centro; **28 de Abril** - protestos na área da Grande Lisboa; **5 de Maio** - protestos no Sul e nas Regiões Autónomas. Após esta ronda retomaremos o protesto pela mesma ordem.

- Marcação de um Dia D, de Debate, no 3º período, em que os professores, em todas as escolas e agrupamentos, tendencialmente no mesmo dia e à mesma hora, paralisarão a sua actividade para reflectirmos sobre as suas condições de trabalho e do exercício da profissão, para além de aprovarem posições que serão tornadas públicas.

- Promoção de uma Campanha em Defesa do Horário de Trabalho, com a distribuição de esclarecimentos e minutas para que seja requerido o pagamento do serviço extraordinário sempre que, em qualquer semana, sejam ultrapassados os limites legalmente estabelecidos, quer em actividade lectiva ou não lectiva, quer em reuniões. ■

Da intervenção de Mário Nogueira, no Terreiro do Paço (8/03/2008)

FENPROF esclarece alguns equívocos sobre aparentes recuos do ME

O Ministério da Educação não recuou na sua intenção de aplicar, este ano, a avaliação do desempenho aos professores. Pelo contrário, perante a impossibilidade de muitas escolas a implementarem nos termos legalmente previstos, quer garantir um mínimo a cumprir, Não um mínimo com aplicação universal, mas um mínimo apenas para as que, comprovada-

mente, não possam aplicar o máximo. Será isto um recuo?!

Esta simplificação a aplicar em algumas escolas significaria, por um lado, a adopção de procedimentos ilegais (a lei já contempla a simplificação para 2007/2008), por outro, a criação de um quadro de desigualdade entre docentes de escolas diferentes e, mesmo, dentro da mesma escola. Será isto um recuo?!

Por fim, os avaliados, ainda este ano lectivo, não seriam, apenas os 7.000 que se anunciam. Esses seriam os que, correndo o risco de serem vítimas de injustiça, teriam de ser classificados ainda em 2007/2008, sendo avaliados apenas em 3 meses pelo trabalho de todo o ano. Todavia, os restantes cerca de 140.000 professores entrariam também em avaliação desde já (como o ME confirmou na

reunião com a FENPROF), correspondendo estes 3 meses ao primeiro ano do biénio que se completa em 2008/2009. Será isto um recuo?!

É claro que o ME não recuou nem pretende recuar e parece que apenas procura adaptar-se a uma realidade incontornável: a impossibilidade de aplicar genericamente, como pretendia, a avaliação este ano.

Face à intransigência do ME, que procura disfarçar a realidade com equívocos, a FENPROF não pode ter outra posição que não seja exigir a aplicação da lei, tal como foi aprovada ou, perante a comprovada impossibilidade disso acontecer, a suspensão, este ano, da avaliação do desempenho. ■

O Secretariado Nacional da FENPROF, 17/03/2008





Orgulhosamente juntos!

A torrente que desceu a Avenida da Liberdade e teve, no Terreiro do Paço, um espaço exíguo para a todos acolher é algo nunca visto. Nem cá, nem em lado nenhum, pois não consta que, em algum país, alguma vez, cem mil professores se tivessem manifestado contra a política educativa do seu governo e contra as medidas que a concretizam. Nunca tantos professores, em lado algum, desceram à rua, em simultâneo, para reclamar respeito e consideração e para exigirem que os deixem ser professores. É que não foram dezenas, foi uma centena de milhar de professores os que, nas ruas de Lisboa, exigiram, também, uma política que promova e valorize a Escola Pública.

Atónitos, os governantes que comentavam este tsunami [qual onda, qual quê...], não disfarçavam a surpresa e a incomodidade, a preocupação e algum desespero parecendo "novatos" da política, alguns largando impróprios de que já se terão arrependido, outros aparentando uma ainda maior determinação [que não passa de teimosia] e firmeza [que não passa de arrogância].

No final da grandiosa Marcha da nossa Indignação, aprovámos uma Resolução sóbria, realista e exequível. Para o imediato não quisemos o céu, apenas a suspensão de um processo de avaliação que o ME não consegue pôr em prática [como se previa] e de um modelo de gestão [que reduz a quase nada a autonomia], a definição de horários de trabalho, para o próximo ano, que sejam pedagogicamente adequados e que o ME respeite, como deve, as decisões e sentenças dos tribunais. Quanto à revisão do ECD, à alteração do novo modelo de gestão [que ainda não está publicado] ou à alteração da legislação sobre Educação Especial, que põe em causa princípios fundamentais da escola inclusiva, admitimos que os

necessários processos negociais decorram apenas no ano de 2009, desde que fiquem já previstos. Como forma de luta, adoptámos o luto. Uma acção que teve uma extraordinária adesão nas escolas e que, mais uma vez, não pôs em causa a actividade que desenvolvemos com os nossos alunos. Sinais de maior abertura do que estes, não poderiam ter sido dados, pois eram cem mil os que ali se juntaram!

Sinais de abertura que, no entanto, tardam em chegar do ME. Igual a si mesma, logo após a Marcha se ter realizado, a equipa ministerial teve uma semana para esquecer, tal a desorientação que revelou. Tentou recompor-se na segunda, disse uma coisa na terça, voltou atrás na quarta depois de andar em acordos nesse dia – com o órgão consultivo que criou e que de si depende hierarquicamente, de seu nome conselho das escolas – enviou um esclarecimento(??) para as escolas na quinta e voltou a manifestar-se intransigente na sexta quando, pela segunda vez na semana, recebeu a FENPROF. Que caminho ainda restará a uma equipa que mantém esta postura e consegue afirmar que 1.000 ou 100.000 são mais ou menos o mesmo?! Pois, parece que só o caminho que a conduz à porta da rua e, por cada dia que passa, a porta mais pequena.

Mas independentemente do que reclamámos na nossa Marcha, há a registar a felicidade que saía do rosto de cada professor(a), a sua alegria, a importância que dava ao facto de ser um(a) dos(as) que ajudavam a construir aquela torrente de 100.000 que, sem ele(a), estaria incompleta. Foi muito bom... Foi óptimo estarmos ali todos juntos, foi coisa de arrepiar... Só quem lá esteve pode dizer como é extraordinário sentirmo-nos orgulhosamente juntos. É para continuar! ■

Marcha, Conselho Nacional, Contactos, Reuniões e Conferências de imprensa...

Cronologia de uma luta imparável num Março de intensa mobilização

8

Marcha da Indignação: 100.000 em Lisboa



"Está na hora, está na hora da ministra ir embora" foi uma das palavras de ordem mais ouvidas ao longo e compacto desfile entre o Marquês de Pombal e o Terreiro do Paço. Ainda antes do arranque da Marcha (a hora inicialmente prevista apontava para as 14h30) já grupos de educadores e professores manifestavam assim a sua indignação e revolta contra uma política que os tem desrespeitado e desconsiderado. Muitos desses docentes saíram do metro e da estação ferroviária do Rossio.

Por volta das 13h30 o trânsito foi cortado na Avenida da Liberdade.

Para se ter uma ideia da dimensão deste desfile – só comparável com as jornadas do 1º de Maio ou com grandes acções conjuntas do movimento sindical unitário – registre-se que, já com as intervenções a decorrer no Terreiro do Paço, os educadores e professores do Norte só começaram a deixar o local de concentração (Marquês de Pombal) por volta das 17h00. Como confirmou a TSF, o fim do desfile terá ocorrido já depois das 18h30.

Uma das notas de reportagem mais salientes que, diga-se de passagem, impressionou muitos dos jornalistas que acompanharam a Marcha, foi a solidariedade de muitos lisboetas que, ao longo do percurso,

saudaram, com fortes aplausos e palavras de incentivo, a passagem da manifestação, que tinha à cabeça os dirigentes das organizações que integram a Plataforma Sindical, entre os quais o secretário-geral da FENPROF, Mário Nogueira, muito solicitado pela comunicação social para breves entrevistas, realizadas durante o próprio desfile entre o Marquês e a Praça do Comércio.

Ao longo dos quase três quilómetros de desfile, Lisboa ouviu palavras de ordem como "Negociação sim, imposição não", "Educação sim, segregação não" e "Nova carreira docente condenada para sempre".

À Marcha da Indignação chegaram saudações enviadas por numerosas entidades, de diferentes sectores, nomeadamente de autarquias, sindicatos, Associação José Afonso, professores de Cabo Verde e Associação Portuguesa de Deficientes (APD). Deolinda Martin, da Direcção do SPGL, deu notícia destas saudações ao vasto auditório concentrado no Terreiro do Paço, que aplaudiu, entre outras, também a intervenção do secretário-geral da CGTP-IN que sublinhou que "é preciso mobilizar toda a sociedade para o êxito da Escola", observando que "hoje os professores fizeram uma avaliação à equipa ministerial e ao Governo, que tiveram nota negativa".

A participação nesta iniciativa de antigos dirigentes da FENPROF (António Teodoro e Paulo Sucena) entre outros do restante movimento sindical foi anunciada na tribuna instalada no Terreiro do Paço e saudada pelos professores presentes.

A concentração final desta Marcha terminou já perto das 19h00, ao som do hino nacional. Para trás tinham ficado outros dois momentos salientes nesta histórica jornada: a repetição das intervenções de Mário Nogueira e de Dias da Silva (especialmente para os mais de 10 000 professores do Norte "retidos" na Rua do Ouro, em desfile compacto que só com muita dificuldade conseguiu entrar no Terreiro do Paço); e o impressionante minuto de silêncio "pelos colegas que morreram em trabalho". | JPO ■

10 e 11

Conselho Nacional da FENPROF



"Bem pode o Governo fingir que não viu ou insistir que nada muda. A Marcha dos Professores continua, imparável, a caminho do futuro".

Este é o último parágrafo da saudação do Conselho Nacional da FENPROF dirigida aos 100 000 educadores e professores portugueses presentes na Marcha da Indignação, que encheu de Liberdade a cidade de Lisboa no passado sábado, dia 8 de Março.

Na conferência de imprensa que teve lugar após os trabalhos do órgão máximo da Federação entre Congressos, reunido na capital nos dias 10 e 11 de Março, Mário Nogueira sublinhou que a Marcha "não terminou no dia 8" e que "transbordou para as escolas de todo o País", que estão agora, até dia 14, com "sinais bem visíveis de luto", respondendo, assim, ao apelo da Plataforma Sindical.

"É irresponsável avançar para a avaliação do desempenho nos moldes que o ME e o Governo pretendem impor", realçou o dirigente sindical, que estava acompanhado do presidente do CN, Mário David Soares, e de outros membros do Secretariado Nacional da FENPROF: Óscar Soares, vice-presidente do SPGL; Abel Macedo, coordenador do SPN; Anabela Sotaia, coordenadora adjunta do SPRC; Joaquim Páscoa, presidente do SPZS, Marília Azevedo, coordenadora do SPM; Ar-

mando Dutra, presidente do SPRA; Conceição Nunes, dirigente do SPE; e João Cunha Serra, coordenador do Departamento do Ensino Superior e Investigação da FENPROF.

"Como afirmaram muitos colegas, esta Marcha devolveu-nos o orgulho e voltou a dar-nos esperança no futuro, sendo uma resposta de exigência de respeito e consideração por uma profissão fundamental para o desenvolvimento do País", afirmou Mário Nogueira neste encontro com a comunicação social, que fez o balanço e a avaliação das acções até hoje desenvolvidas e da situação política e de relacionamento institucional com o Governo e o Ministério da Educação. Acrescentou, logo a seguir, contudo, que "isto enche-nos de orgulho mas também de uma enorme responsabilidade".

A dimensão política da Marcha da Indignação ficou bem patente na solidariedade manifestada por organizações congéneres de todo o mundo, de federações e associações de pais e encarregados de educação, bem como de órgãos autárquicos e de associações de estudantes, registou o dirigente sindical, que comentaria noutra passagem da sua intervenção: "Ficou provado, uma vez mais, que a contestação não era invenção dos Sindicatos, como apregoava o Governo e o ME."

As reacções do Governo: "quase em estado de choque"

O secretário-geral da FENPROF comentou também as reacções do Governo ao êxito da Marcha da Indignação, classificando-as como "as esperadas". Os governantes ficaram "quase em estado de choque com aquela luta e com a determinação dos professores. Foram reacções que revelam inflexibilidade, reveladas a quente, justificando-se, pois, e só por isso, a manutenção de total confiança, declarada de imediato por José Sócrates, na sua ministra da Educação".

"Registamos, por isso, algumas considerações que entendemos insultuosas", disse Mário Nogueira, "porque não é aceitável que a ministra volte a dizer que os professores estão desinformados, são manipuláveis, acusando-os, em seguida, de quererem ser uns privilegiados". Rejeitando estas acusações, a FENPROF reafirma que os professores são, também, vítimas das políticas globais das políticas seguidas pelo Governo, no caso da Educação impostas com mentira e tentativas de manipulação da opinião pública, desrespeitando o profissionalismo docente e atacando os sindicatos como legítimos representantes dos educadores e professores.



Ministra continua a confundir...

Quanto à declaração de Maria de Lurdes Rodrigues de que não há um caso de pedido de reunião consigo que não tenha sido correspondido, o secretário-geral revelou "que há um despacho de delegação de competências de Maria de Lurdes Rodrigues nos seus Secretários de Estado, precisamente para a libertar dessa função", lembrando que "a dois ofícios da FENPROF a ministra não respondeu" e que, a um ofício de 8 de Maio, solicitando uma reunião para entregar os documentos aprovados no Congresso da Federação, a ministra informou, pela sua chefe de gabinete, que "sempre que se justifica reúne com todos os parceiros educativos", confirmando a sua recusa em reunir com as organizações sindicais e neste caso concreto com a FENPROF.

"Preocupa-nos que a Ministra volte a confundir as coisas sempre que fala publicamente porque, com a FENPROF, neste ano lectivo, entre 6 de Setembro de 2007 e 4 de Março, passado, o ME só reuniu 18 vezes, e não as mais de cem que a ministra está a dizer que se realizaram. E estas decorreram de obrigação legal ou de termos requerido a negociação suplementar", disse Mário Nogueira, que afirmaria ainda a este propósito: "Em negociação não interessa apenas o número de reuniões que se fazem. Com muito menos reuniões, conseguimos, num passado recente, chegar a acordos com o ME, no Governo do Eng^o António Guterres, e, por exemplo, também com as associações patronais do Ensino Particular".

A avaliação do desempenho não é inadiável

Na longa conferência de imprensa promovida pela FENPROF, muito por força das muitas perguntas feitas pelos jorna-

listas presentes, a FENPROF esclareceu que "quanto à avaliação dos professores contratados, o comunicado de 10/03/08, do ME, é falso". E explicou: Os professores contratados não progridem na carreira; os professores que progridem já foram avaliados pelo anterior modelo; os professores que poderão vir a ter os seus contratos renovados são só os colocados por um ano inteiro. Só estes poderão eventualmente ter renovação do contrato.

"Se não houver avaliação, como é?", antecipou o secretário-geral da FENPROF. "No ano passado, não havendo avaliação, os professores tiveram os seus contratos renovados e o seu tempo não deixou de ser contado para todos os efeitos", respondeu, para a seguir explicar que se trata de uma estratégia do ME, de pressão e chantagem sobre as escolas e junto da opinião pública, desinformando-a, "para impor o seu modelo e não para resolver o problema destes professores. Para tal não é necessário aplicar-se este ano o actual modelo de avaliação."

"É lamentável a desinformação lançada pelo ME. Testar nos professores que seriam avaliados este ano, revela ignorância ou má-fé." Não acreditando nesta última, esclareceu que a avaliação não tem apenas o momento final de classificação. A avaliação que o ME quer impor começa com entrevistas individuais aos mais de 140.000 professores, para fixar objectivos, e prossegue, de imediato, com a assistência a 2 aulas no terceiro período para todos os professores. A classificação, de que fala a ministra, ocorre, apenas, no momento final do processo de avaliação.

Mário Nogueira alertou para o facto de o ME pretender lançar, no 3.º período, o processo de avaliação, o que é uma enorme irresponsabilidade: "Mais um factor de instabilidade, revelador da falta de

serenidade deste ME. O que será profundamente negativo para as escolas e para os professores, mas principalmente para os nossos alunos."

A FENPROF reafirmou nesta conferência de imprensa:

- A exigência de suspensão do processo de avaliação do desempenho;
- A necessidade de tempo para que as escolas se organizem e para aprovarem os instrumentos internos de regulação da avaliação do desempenho;
- A manutenção da suspensão do processo de avaliação do desempenho lançado pelo governo, por força das providências cautelares em vigor;
- A necessidade de respeito pelos professores e alunos.

Além de anunciar que contactará os grupos parlamentares, até 18 de Março, para os sensibilizar para esta matéria, a FENPROF reafirma a sua inteira disponibilidade para negociar. "Nós queremos ultrapassar estes problemas. Não são necessários mediadores, o que é preciso é dar a cara, frente-a-frente, negociando", realçou o dirigente sindical, que lembrou "o significado político relevante" das declarações de António Vitorino na RTP 1, propondo um período de experimentação e bom senso na aplicação do processo de avaliação dos docentes.

O nervosismo não é bom conselheiro

"À acusação de terrorismo feita sobre a FENPROF pelo Secretário de Estado, Jorge Pedreira, apenas digo uma coisa: Calma! É preciso calma! O nervosismo revelado não é nunca bom conselheiro", observou Mário Nogueira, que lembrou outras demonstrações de nervosismo por parte de elementos do Governo, proferidas antes e depois da histórica Marcha de 8 de Março.

E quanto aos artigos caluniosos de Emídio Rangel, Miguel Sousa Tavares e Fernando Madrinha, com textos lamentáveis, foi revelado que a FENPROF solicitará reparação aos respectivos órgãos de comunicação através de espaço igual para responder aos insultos e entregará aos seu gabinete jurídico o estudo de eventual procedimento judicial, tendo em conta o tom calunioso de algumas das afirmações desses *opinion makers* de serviço.

A FENPROF apresentará, entretanto, uma proposta alternativa sobre avaliação do desempenho, construída a partir das anteriores propostas que a FENPROF e a Plataforma Sindical fizeram chegar à 5 de Outubro.

A Federação volta a desafiar Ministra

ou um Secretário de Estado para um debate público sobre avaliação do desempenho. "Não há só razão do lado do Ministério. Queremos mostrar quem está falar verdade e quem está a manipular", sublinhou Mário Nogueira.

A revisão do estatuto do aluno e da legislação sobre educação especial; o ensino artístico, as questões da mobilidade especial, a escola a tempo inteiro e a gestão das escolas, são também temas centrais da actualidade no plano da educação, referidas pelo secretário-geral da FENPROF neste encontro com a comunicação social.

Mário Nogueira apresentou ainda três reivindicações e direcções de trabalho fundamentais que se colocam neste momento:

- A não aplicação de procedimentos legais, tendo em conta o novo modelo de gestão;
- A negociação de regras sobre os horários de trabalho;
- A correcção das ilegalidades relativamente às substituições de professores.

Sobre a substituição da actual equipa ministerial

"Os professores integrar-se-ão nas acções dos jovens e da CGTP-IN pela estabilidade contra a precariedade laboral", referiu ainda o secretário-geral da FENPROF que, em resposta a uma das questões colocadas pelos jornalistas, comentou:

"A substituição desta equipa ministerial é uma necessidade. Não sendo um objectivo, é uma condição indispensável para resolver os problemas que o sector educativo enfrenta. Esta equipa actua de uma forma arrogante. E isso revela uma impossibilidade para resolver os problemas. Lurdes Rodrigues e os seus secretários de Estado não fazem parte da solução; fazem parte do problema."

Ainda sobre este assunto, recorde-se o comentário de Mário Nogueira na intervenção de encerramento do mega plenário de 8 de Março, no Terreiro do Paço, transformado em Terreiro da Indignação:

"Quanto à substituição da actual equipa ministerial, a nossa posição é clara: não é a substituição que garante a mudança das políticas ou a resolução de alguns dos mais graves problemas da Educação; todavia, esta equipa deixou de reunir condições para se manter em funções, não só por ter deixado de ser parte da solução para ser parte do problema, mas, também, por, com ela, se terem esgotado todas as vias de diálogo e de negociação possíveis". ■

11

FENPROF apresentou ao ME exigências imediatas da Marcha da Indignação



O ME revelou, em reunião com a FENPROF (11/03/2008), alguma disponibilidade para, em conjunto com as organizações sindicais, encontrar respostas concretas para alguns dos problemas que, conjuntamente, afectam a Educação e têm levado a uma grande contestação por parte dos professores e educadores.

Na reunião, a FENPROF reafirmou serem condições mínimas para o desbloqueamento da actual situação de crise:

- a) a suspensão, este ano, do processo de avaliação do desempenho, sem que daí decorra prejuízo para os docentes;
- b) a não aplicação, este ano, de qualquer procedimento decorrente do novo diploma de gestão escolar;
- c) a negociação de regras para a organização pedagógica do próximo ano lectivo, designadamente sobre horários de trabalho, que contribuam para a melhoria das condições de trabalho dos professores;
- d) o respeito pelas decisões dos tribunais, designadamente as já transitadas em julgado, incluindo a extensão dos seus efeitos nos termos legalmente consagrados.

Estas condições foram aprovadas pelos professores no final da Marcha da Indignação que, no passado sábado, dia 8 de Março, mobilizou para Lisboa 100.000 professores e educadores.

O ME manifestou disponibilidade para abordar estas matérias num quadro de flexibilização de posições sem, no entanto, ter já dado garantias concretas quanto à resolução, no imediato, destes problemas, razão por que ficou agendada nova reunião para

sexta-feira, dia 14, pelas 15.00 horas, em que se aguardam novos desenvolvimentos desta posição de aparente abertura.

A FENPROF pretende, no imediato, garantir a criação de condições para que os professores, neste final de ano, não sejam vítimas de uma ainda maior instabilidade e de focos de perturbação acrescida que coloquem em causa a qualidade do seu desempenho profissional num momento em que se exige o máximo envolvimento no trabalho com os seus alunos, a FENPROF tudo fará para que o ME passe dos sinais revelados às medidas concretas. Nesse sentido, a FENPROF:

1. reunirá extraordinariamente o seu Secretariado Nacional, amanhã, 12 de Março, a partir das 11.00 horas;

2. apresentará ao ME, na reunião prevista para 6ª feira, um conjunto de propostas que permitam avançar no desbloqueamento da actual situação;

3. exigirá do ME a assunção de compromissos claros sobre estas matérias que viabilizem soluções necessárias à resolução dos problemas mais prementes.

A FENPROF reafirma que uma eventual resposta positiva às condições colocadas não resolve os graves problemas da Educação. Tal deverá passar pela renegociação do ECD, pela reabertura do processo de aprovação de um novo modelo de gestão, pela tomada de medidas que permitam resolver o grave problema de precariedade e desemprego que afecta um tão elevado número de docentes, bem como por um conjunto de outras medidas, designadamente no âmbito da Educação Especial, da concretização do conceito de escola a tempo inteiro, entre muitas outras questões.

A FENPROF considera que quaisquer soluções que sejam encontradas neste momento constituirão importantes contributos para o desbloqueamento dos problemas mais imediatos, mas estarão muito longe de poderem considerar-se soluções definitivas, as quais apenas poderão ser encontradas com a continuação e o aprofundamento da luta dos professores, pois só dessa forma será possível levar o Governo a alterar as suas políticas educativas que tanto lesam o interesse da Escola Pública e desvalorizam o exercício da profissão e os profissionais docentes.

Por fim, a FENPROF reafirma a necessidade de manter em curso o calendário de acções aprovado na Marcha da Indignação (...) | *O Secretariado Nacional da FENPROF, 11/03/2008* ■

12

ME em marcha atrás!?



Aquilo que hoje parece uma verdade, no dia seguinte já não vale? Esta é a interrogação que fica no ar com a "marcha-atrás" da Ministra da Educação nesta quarta-feira, dia 12, face às perspectivas de abertura negocial, manifestadas pelo secretário de Estado Jorge Pedreira, na reunião de terça-feira, dia 11.

Na reunião realizada na tarde do dia 11 com a FENPROF, o Ministério da Educação, pela voz de Jorge Pedreira, revelou alguma disponibilidade para, em conjunto com as organizações sindicais, encontrar respostas concretas para os problemas que afectam a Educação e que têm levado à grande contestação dos professores e educadores, bem patente na Marcha de 8 de Março e nas manifestações que a antecederam, em relação à política educativa do governo.

Nessa reunião, sublinhe-se, a FENPROF reafirmou as condições para o desbloqueamento da actual situação de crise, exigidas e aprovadas pelos 100.000 professores e educadores presentes nessa histórica acção.

Como refere o comunicado emitido pela Direcção da FENPROF, após aquela reunião na 5 de Outubro, o secretário de Estado manifestou disponibilidade para abordar aquelas matérias num quadro de flexibilização das posições até aí afirmadas, sem, no entanto, ter já dado garantias concretas quanto à resolução, no imediato, destes problemas, razão por que ficou agendada nova reunião para sexta-feira, dia 14, pelas 15.00 horas.

Pensou-se, pois, que essa reunião poderia trazer novos desenvolvimentos desta posição de aparente abertura.

Aliás, em declarações aos jornalistas, e tomando em consideração a postura revelada por Jorge Pedreira, o secretário-geral da FENPROF chegou a confirmar, em resposta aos jornalistas, de uma aparente, embora

ténue, "mudança de atitude".

O que se passou nas horas seguintes levanta sérias apreensões, como destacou Mário Nogueira na conferência de imprensa entretanto realizada ao fim da tarde de 12 de Março (quarta-feira), na sequência da reunião de urgência do Secretariado Nacional, convocada após a mencionada reunião no ME.

E as apreensões da FENPROF têm a sua razão de ser:

- tanto Jorge Pedreira como a ministra da Educação terão negado o que tinha sido prometido na véspera, que aliás teve significativa cobertura jornalística.

- os responsáveis do ME dão a entender que afinal volta tudo atrás... Em conferência de imprensa, a ministra disse mesmo que o processo de avaliação dos professores não vai ser adiado nem suspenso.

Tal como foi salientado por Mário Nogueira, a FENPROF voltará a colocar na sexta-feira, exactamente nos mesmos termos, as propostas já apresentadas anteriormente. O ME terá que assumir as suas responsabilidades! Aliás, como referiu aos órgãos de comunicação social, o secretário geral da FENPROF espera que Maria de Lurdes Rodrigues e a sua equipa surpreenda os professores e educadores. Ou seja, que altere o seu comportamento e assuma as suas responsabilidades. Caso contrário, terá perdido uma oportunidade única.

Outras questões fundamentais

A FENPROF reafirma que uma eventual resposta positiva às quatro condições colocadas, para o plano imediato, não resolve os graves problemas da Educação, e que deverá ser acompanhada da declaração de disponibilidade para a renegociação do ECD, reabertura do processo de aprovação de um novo modelo de gestão, tomada de medidas que permitam resolver o grave problema de precariedade e desemprego que afecta um tão elevado número de docentes, bem como de um conjunto de outras medidas, designadamente no âmbito da Educação Especial, da concretização do conceito de escola a tempo inteiro, entre muitas outras questões, incluindo os direitos sindicais dos docentes.

A Federação considera ainda que a procura de soluções positivas, neste momento, constituirá um importante contributo para o desbloqueamento dos problemas mais imediatos. Mas essas soluções estarão muito longe de poderem ser consideradas definitivas e suficientes. A continuação e o aprofundamento da luta dos professores

são fundamentais para levar o Governo a alterar as suas políticas educativas que tanto lesam o interesse da Escola Pública e desvalorizam o exercício da profissão e os profissionais docentes.

Reunião decisiva

Se, nesta "última oportunidade", como referiu Mário Nogueira, a postura do ME for realmente a de marcha atrás e de negação das perspectivas dadas pelo secretário de Estado, se o Ministério não for capaz de negociar com honestidade as questões que estão em cima da mesa, então não restará outro caminho que não seja a demissão desta equipa ministerial, a continuação e reforço da luta a todos os níveis. Qualquer perspectiva de diálogo e de negociação com a actual equipa da Educação estará esgotada, restando ao Primeiro Ministro assumir, ele próprio, esse papel, uma vez que a Ministra já não terá condições políticas para negociar com as organizações representativas dos docentes.

De entre as matérias que, obrigatoriamente, terão de constar do compromisso a assumir pelo M.E., e que constam, aliás, da Resolução aprovada na Marcha da Indignação dos Professores, "qualquer documento de natureza política que seja construído a partir da reunião de sexta-feira com o Ministério da Educação só terá a concordância da FENPROF se for inequívoca a suspensão da avaliação de desempenho este ano lectivo e que nenhum professor seja prejudicado por isso", afirmou o secretário-geral da FENPROF. ■

13

Plataforma reafirma "Resolução" da Marcha e determinação na luta



A Plataforma saúda todos os Professores e Educadores Portugueses que participaram na Marcha da Indignação que reuniu cem mil docentes, em Lisboa, no passado dia 8 de Março. De igual forma, saúda todos os docentes que, nas escolas, se mantêm de luto conforme proclamado na Marcha da Indignação. Reafirma a sua unidade em torno da Resolução aprovada, em todo semelhante às "Tomadas de Posição" que, também nas escolas, estão a ser aprovadas e ao texto do abaixo-assinado que será entregue no ME no primeiro dia de aulas do 3.º período lectivo.

As organizações sindicais de docentes, na próxima ronda de reuniões com o ME, defenderão as posições que constam da Resolução, designadamente no que respeita à avaliação do desempenho, bem como ao ECD na sua generalidade, à direcção e gestão escolar, aos horários de trabalho e ao indispensável respeito pelas decisões e sentenças proferidas pelos Tribunais.

As organizações sindicais de professores demarcam-se de qualquer alegado "acordo" estabelecido entre o Ministério da Educação e o Conselho das Escolas, órgão criado e hierarquicamente dependente da Ministra. Declaram, ainda, que não aceitarão ser reduzidos a "notários" de tais alegados acordos que, para mais, em nome de uma suposta simplificação, criam situações de ainda maior dependência dos professores.

A Plataforma reafirma a necessidade de os professores e educadores manterem todas as formas de luta anunciadas, designadamente os protestos semanais, de rua, previstos para o 3.º período lectivo. | *A Plataforma Sindical dos Professores, 13/03/2008* ■

14

Incapaz de aplicar regime de avaliação que impôs, ME opta pela ilegalidade para evitar suspensão



Foi curta e decepcionante a reunião realizada na tarde de 14 de Março, entre o ME e a FENPROF, na sequência de outra que ocorrera no passado dia 11.

A FENPROF reafirmou as propostas que então apresentara e que se consideram condições mínimas para o desbloqueamento da actual situação de crise:

- Suspensão do processo de avaliação do desempenho, sem prejuízo para qualquer docente;
- Não aplicação, no corrente ano escolar, de qualquer procedimento decorrente do novo diploma de gestão escolar;
- Negociação de regras para elaboração dos horários dos docentes no próximo ano lectivo (consideração efectiva da formação contínua como integrada no horário laboral e consideração de um período mínimo de 9 horas semanais para a componente individual de trabalho);
- Respeito pelas decisões e sentenças dos tribunais.

A FENPROF considerou, ainda, importante a reabertura, em 2009, de processos negociais de revisão do ECD, da direcção e gestão das escolas e do regime de Educação Especial.

Incapacidade do ME

A postura do ME foi decepcionante depois dos sinais de abertura revelados três dias antes. Só não foi surpreendente por corresponder às declarações que, em

Conferência de Imprensa, a Ministra havia proferido a este propósito, para além das declarações do presidente do conselho das escolas, órgão consultivo do Ministério que de si depende hierarquicamente, criado pelo Decreto Regulamentar 32/2008. Segundo este, haveria um acordo com o ME. Contudo, tal obrigaria a uma alteração do quadro legal em vigor, só possível através de negociação com as organizações sindicais. A FENPROF voltou a lamentar a utilização daquele órgão consultivo, sem competência negocial, para aprovar alterações ao regime de avaliação em vigor.

Ficou clara a incapacidade do ME para aplicar, genericamente, o regime de avaliação que impôs, procurando, agora, avançar com soluções que, a concretizarem-se, significariam uma verdadeira balbúrdia no sistema, perturbando profundamente o funcionamento das escolas.

De facto, o que o ME pretendia era que a FENPROF aceitasse o que designou por "procedimentos mínimos" a observar pelas escolas, abaixo dos quais nenhuma poderia decidir, obrigando-as a adoptar procedimentos internos situados entre aqueles mínimos e os legalmente previstos. Ou seja, teríamos cada escola a avaliar de forma diferente admitindo-se, inclusivamente, procedimentos diversos dentro da mesma escola, em resultado de processos negociais individualizados. Esta seria uma solução ilegal!

O ME só tem duas saídas possíveis: aplicar o regime na íntegra (que já contempla procedimentos simplificados para o presente ano lectivo, nos seus artigos 33.º e 34.º) ou suspendê-lo por falta de condições para o aplicar de forma generalizada e universal. Só estas soluções garantem igualdade e equidade no tratamento a dar aos professores, sendo que a primeira é comprovadamente impossível de aplicar.

Quanto à alegada obrigatoriedade de, este ano, alguns docentes serem classificados, tal só seria necessário caso o regime de avaliação não fosse suspenso, sendo que, se assim fosse, todos teriam de ser avaliados, independentemente de uns serem classificados este ano e outros apenas no próximo.

A FENPROF, sustentada pela Resolução aprovada há menos de uma semana por cem mil professores, reafirmou a exigência de suspensão da avaliação, num quadro de uma indispensável revisão do ECD. Esta posição corresponde, também, à que a Plataforma Sindical dos Professores, por consenso, reafirmou, em reunião ontem realizada. | *O Secretariado Nacional da FENPROF, 14/03/2008.* ■

17

Plataforma Sindical dos Professores dinamiza continuação da luta

15 de Abril, Dia D, de debate, em todas as escolas do País



A Plataforma Sindical dos Professores reuniu no passado dia 17 de Março, em Lisboa, "com o objectivo de fazer um novo ponto de situação, após a realização de mais uma ronda de reuniões com o Ministério da Educação e de ter sido recebida na Presidência da República".

"No conjunto das quatro reuniões realizadas com o ME não surgiu qualquer alteração significativa na sua posição, designadamente

em relação à avaliação do desempenho dos docentes, teimando este em iniciar o processo já este ano. Nesse sentido, chegou ao ponto de, para o conseguir, sugerir o recurso a processos ditos simplificados, que seriam ilegais e, principalmente, criariam situações de desigualdade entre escolas e professores", esclarece a Plataforma. Sublinhando que "não é aceitável a solução preconizada pelo ME que, no fundo, tem como principal objectivo, evitar a suspensão do processo e assegurar a sua implementação, a qualquer custo, ainda este ano lectivo", a Plataforma Sindical dos Professores reafirma "o recurso aos tribunais para qualquer situação que desrespeite os normativos legalmente consagrados. Nesse sentido, continuarão a ser denunciadas todas as situações que violem o decreto que regulamenta a avaliação do desempenho, como serão apoiados os professores que, vítimas de ilegalidades, no âmbito da avaliação do desempenho, pretendam impugnar actos ou procedimentos a que tenham sido sujeitos". ■

Reuniões com CNE e Comissão Parlamentar de Educação



No âmbito da actividade da Plataforma, "serão solicitadas reuniões ao Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação e à Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República para apresentação das preocupações da Plataforma Sindical dos Professores, neste momento em que está próximo o início do terceiro período lectivo, num quadro que se adivinha de grande instabilidade".

Confirma-se a entrega, no ME, no dia 31 de Março (primeiro de aulas do 3.º período lectivo), de um abaixo-assinado em que os professores e educadores reafirmam o conteúdo da Resolução aprovada na Marcha da Indignação e a realização das "Segundas-Feiras de Protesto", a concretizar por regiões, tendo lugar a primeira no dia 14 de Abril e prolongando-se até 5 de Maio.

"Terá lugar, no dia 17 de Abril, um Dia D, de debate em todas as escolas do país, com paralisação, à mesma hora (10.30 horas no turno da manhã e 15.30 horas no turno da tarde), em que os professores aprovarão posições de escola e, caso o ME mantenha a sua posição inflexível, debaterão as formas de prosseguirem a sua luta no final do ano lectivo, prevendo-se o endurecimento da mesma, através do recurso a acções que tenderão a ser cada vez mais fortes", conclui a nota sindical. ■



Reunião na Presidência da República

A Plataforma Sindical dos Professores foi recebida na tarde de dia 17 de Março, na Presidência da República. A delegação da Plataforma foi recebida pela Dr.ª Susana Toscano, responsável pelo sector da Educação na Presidência.

Como sublinhou Mário Nogueira aos jornalistas, à saída da reunião (foto), os dirigentes sindicais apresentaram as suas preocupações face à situação de grande instabilidade que se vive na Educação, decorrente das políticas educativas em curso.

Tratou-se uma reunião demorada, pois da parte da Presidência da República havia todo o interesse em conhecer as preocupações das organizações sindicais da Plataforma e os motivos de tão grande actividade institucional.

De acordo com o secretário-geral da FENPROF, foi também apresentada a resolução aprovada no passado dia 8 de Março, pelos 100 000 docentes presentes na Marcha da Indignação. Tanto Mário Nogueira como João Dias da Silva (FNE) realçaram a postura de diálogo responsável e de procura de soluções para o sector da Educação, por parte das organizações sindicais.

Recorda-se, também, que a FENPROF reuniu já com três partidos da oposição (PSD, PCP e BE), tendo solicitado nova reunião aos partidos com assento parlamentar. | JPO e LL ■

Dar visibilidade à luta contra a “prova de ingresso”

■ João Louceiro (Secretariado Nacional da FENPROF)

Perceba-se isto: dar maior visibilidade à justa contestação contra a “prova de ingresso” na profissão depende da mobilização e participação activa dos docentes que o ME quer trucidar com esta sua invenção!

Talvez alguns não tenham estado atentos, é possível. Mas a FENPROF contesta frontalmente a “prova de avaliação de conhecimentos e competências” desde que o ME começou a falar da introdução deste aviltante requisito para a entrada na carreira e, mais tarde, para o exercício de funções docentes. Esta questão tem estado e vai continuar a estar em destaque na luta que os professores travam contra o ECD que o ME impôs. Esteve presente na tremenda MARCHA DA INDIGNAÇÃO que levou cem mil professores a Lisboa e em muitas outras acções que a antecederam. É um dos eixos maiores para a exigência de renegociação do ECD com que a FENPROF, no dia em que registamos estas linhas, vai confrontar o ME, reforçada pela dinâmica de luta e pela enorme força que se tornou visível na MARCHA.

Contra a “prova de ingresso”, está disponível um protesto para ser subscrito em www.fenprof.pt ou nas páginas electrónicas dos sindicatos da Federação. É útil que cada um divulgue pelos meios ao seu alcance

ção de promover e organizar a luta, não se podem substituir à movimentação dos docentes em concreto, neste caso os que o ME pretende sujeitar à “prova de ingresso”.

A visibilidade desta questão, deste combate, depende da participação numerosa dos que, também por causa dela, estão descontentes, em particular dos que podem ser as suas vítimas. É por isso que, logo que o número de subscrições do protesto contra a prova de ingresso o permita, importa avançar para outro tipo de acções, projectando a questão na opinião pública e na sociedade. É por isso que, com o mesmo objectivo, importa evidenciar este problema em todas as acções em que tal seja possível. E para isto há uma condição indispensável: a participação, a presença activa de cada um. Tomemos consciência!

No próximo dia 28 de Março, a CGTP-IN promove a Grande Manifestação Nacional de Jovens Trabalhadores. Ora aqui está um espaço de acção, uma oportunidade para darmos relevo e projecção a estes objecti-

A visibilidade desta questão, deste combate, depende da participação numerosa dos que, também por causa dela, estão descontentes, em particular dos que podem ser as suas vítimas



a existência desse protesto. É importante que todos os que o ME quer penalizar com esta prova marquem bem a sua revolta, assinando e enviando o protesto.

Mas sejamos claros: a justa luta contra mais esta iniquidade forjada pelo ME não iria longe se se resumisse a subscrições e assinaturas. Não iria longe se, como alguns parecem fantasiar, fosse apenas delegada nas direcções sindicais que, tendo obriga-

vos de luta. Como?... Através de materiais próprios que identifiquem o problema mas, mais do que isso, pela participação de quem rejeita a “prova de ingresso”.

Estamos de acordo?... Então só falta contactares o sindicato da tua área... Participares e trazes outros contigo é o maior contributo, contributo insubstituível, para dar visibilidade à luta contra a “prova de ingresso”. ■

Contra esta Reforma do Ensino Artístico Especializado

A FENPROF tomou recentemente posição relativamente à pretensão do Ministério da Educação de "refundar" o Ensino Artístico, não tomando em conta o capital de conhecimento, a tradição e a qualidade das escolas de ensino artístico portuguesas. Chamando a atenção para aspectos de diversa ordem (laboral, pedagógica, infraestrutural e de rede) a FENPROF relewa o facto de a oferta pública estar "circunscrita a sete escolas públicas, seis de Música e uma de Dança, todas situadas no litoral e a norte do Tejo.

A rede de oitenta e sete escolas do ensino particular e cooperativo entretanto surgidas com base em associações populares ou na associação dos próprios docentes, apesar do importante trabalho desenvolvido por estes, não invalida, antes reforça, o escândalo da inexistência de uma verdadeira rede pública." Este é o retrato de uma situação que ataca particularmente o interior do país onde não existe qualquer estabelecimento público de ensino artístico especializado.

O Relatório Final do Estudo de Avaliação do Ensino Artístico acabou por recomendar a adopção do ensino integrado como regra, refere a nota do Secretariado Nacional da FENPROF, e não como excepção, como acontece em diversos países europeus, o que as escolas EAE criticam profundamente, alegando que refundar é uma má opção quando o caminho deveria ser o de "potenciar" este subsistema.

As coisas começaram a azedar quando as escolas, apercebendo-se de que nas suas costas avançava o processo de refundação, se recusaram a dar aval a uma política de



destruição dos conservatórios, o que motivou, aliás protestos significativos muito apoiados, aliás, por diversas figuras da vida pública nacional ligadas, particularmente, à Música, mas também a outras áreas da expressão artística.

A opção da Ministra da Educação passava:

- Por impedir as escolas do EAE de promoverem cursos de iniciação (medida cujo carácter anti-pedagógico raia a mais indigente das ignorâncias);
- Por limitar a frequência destas escolas em regime supletivo (em completo desrespeito pela garantia de acesso, por crianças de vastíssimas áreas geográficas, a este tipo de ensino);
- Por não dar resposta aos problemas de natureza laboral que, ano após ano, se avolumam (na continuação da prática ofensiva dos direitos dos professores).

"A mobilização das comunidades escolares conhecerá o seu ponto alto na bela manifestação de 15 de Fevereiro último, frente à Assembleia da República, a que têm vindo a suceder iniciativas várias de contestação das posições do Ministério da Educação." – refere o comunicado da FENPROF.

A FENPROF considera não estarem

reunidas as condições básicas para levar por diante esta "refundação" de contornos essencialmente negativos e anti-democráticos. Exige, pelo contrário, que se potencie a mobilização de todos os que têm estado envolvidos nesta ampla discussão para lançar as bases de uma efectiva reforma do EAE que permita:

- Proceder à ampliação da rede pública de escolas de Ensino Especializado de Música através da criação, numa primeira fase, de uma escola por capital de distrito, ficando em aberto a possibilidade de nova expansão. Para a concretização desta medida poderão utilizar-se, sempre que possível, os recursos já existentes no terreno, avaliando a transformação de actuais escolas do EPC em escolas públicas.
- Criação de redes de escolas especializadas nas outras áreas artísticas.
- Manter os três regimes de frequência actualmente em vigor: o articulado, o supletivo e o integrado, definindo claramente as respectivas finalidades e assegurando que em todas as escolas possam conviver os três regimes.
- Reformular Planos de Estudo e Programas nas diversas disciplinas do ensino especializado.
- Solucionar os problemas laborais es-



Ensino Artístico Especializado:

Um poço de problemas que urge resolver

Há vários anos que a FENPROF vem reclamando a intervenção de sucessivos governos na resolução dos problemas que, desde há muito, têm vindo a afectar o normal funcionamento das escolas do ensino especializado da Música e da Dança. As razões desta pretensão são de diversa natureza, para além dos que se prendem com a rede de escolas, já referido:

Laboral – num ambiente em que mais de 50% dos cerca de 600 docentes se encontram em situação de contrato anual sendo que, destes, apenas uma pequena minoria teve acesso à profissionalização.

Pedagógica – num subsistema marcado pela ausência de programas actualizados, falta de clareza e unidade na formulação de planos de estudos, completa inexistência de iniciativas de formação de professores (específica);
Infraestrutural – em que diversas escolas não reúnem condições para o bom desempenho das actividades educativas. ■

pecíficos dos docentes do Ensino Artístico Especializado com as seguintes medidas:

no ensino público,

- Procedendo à aplicação imediata da Resolução nº 17/2006, de 17 de Março, da Assembleia da República, que recomenda a promoção de medidas adequadas tendentes à integração em lugar de quadro dos docentes de técnicas especiais contratados com 10 ou mais anos de serviço;

- Promovendo a apresentação de propostas concretas, a negociação e publicação de legislação que estabeleça critérios para a constituição dos quadros dos estabelecimentos de ensino artístico especializado, bem como a implementação de processos para que se proceda, em cada uma das escolas, à integração do pessoal docente em exercício;

no ensino particular e cooperativo,

- Fiscalizando as situações contratuais e penalizar as situações de flagrante ilegalidade (recibos verdes, contratos ilegais, etc.);

- Condicionando a celebração de contratos de patrocínio à observância da Lei no que respeita às condições contratuais e de prestação de serviço docente.

- Definir as condições de articulação entre os vários níveis de ensino, principalmente entre o ensino especializado de nível secundário e o ensino superior especializado;

- Proceder a uma avaliação do actual quadro legal regulamentador do ensino artístico especializado e clarificar, na lei, o enquadramento deste tipo de ensino;

- Generalizar, no âmbito do ensino público, o acesso ao ensino especializado da música e da dança (bem como das outras formas de interpretação e expressão artística) aos alunos do 1º ciclo do ensino básico;

A FENPROF exige a suspensão o processo de "refundação" do ensino artístico e que se inicie um trabalho com os docentes das escolas do ensino artístico especializado que possa traduzir-se na valorização efectiva deste tipo de ensino. ■



UM PROTESTO À VELOCIDADE DE UM CLIQUE!

Carta contra a prova de avaliação de conhecimentos e competências (prova de ingresso)

Envia o teu protesto para a Ministra da Educação e para a Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República

<http://www.fenprof.pt/protesto/>

Após a Marcha Semana de Luto nas Escolas

Em 8 de Março, os 100.000 professores presentes na Marcha da Indignação aprovaram a realização de uma Semana de Luto nas Escolas entre 10 e 14 de Março. Uma iniciativa que se transformou rapidamente num enorme sucesso. Docentes de todas as escolas e agrupamentos adoptaram o negro como cor base quer da roupa que vestiram, quer na forma como assinalaram exteriormente o seu estado de espírito.

A forma e o conteúdo das propostas do governo, para a Educação, e a pressão autoritária, despropositada e irreflectida com que o ministério de Lurdes Rodrigues pretende efectivar a aplicação do Decreto Regulamentar 2/2008 são o principal pomo da discórdia entre os professores e o Ministério da Educação, que inclui, também a rejeição do modelo de Gestão das Escolas, a legislação sobre a Educação Especial, a Prova de Ingresso na profissão, os Direitos Sindicais, o desemprego e outras matérias igualmente determinantes para a vida das escolas e para a realização pessoal e profissional de dezenas de milhares de docentes.

As imagens que oferecemos nesta edição são apenas alguns exemplos dessa exteriorização do descontentamento e do protesto, manifestações da perda do medo de afirmar a convicção que os professores e educadores colocam no dia a dia da sua actividade em defesa de uma Escola Pública de qualidade. Mais exemplos desse protesto estão registados na página electrónica da Federação.

Certo é que há uma firme disposição para prosseguir esta acção, esta denúncia, este protesto... os professores sabem que se não desistirem prevalecerá a força da razão.

Avaliação: escolas tomam posição

São muitas as Escolas que, como aliás é do conhecimento do Ministério da Educação, defendem que a avaliação dos professores,

de acordo com o novo decreto regulamentar, se inicie só no próximo ano lectivo, assim como são muitas, também as que defendem que sem um teste ao modelo o mesmo não se deve generalizar.

É uma evidência a enorme burocracia que esta avaliação implica, ao mesmo tempo que o seu lançamento nesta altura do ano poderá trazer consequências negativas para o normal funcionamento das escolas e para o desenvolvimento das actividades lectivas.

Consideram não haver condições para aplicar este ano qualquer novo modelo

Maria de Lurdes Rodrigues sabe isso e mandou os seus secretários de estado avançar com uma nova engenharia política: não suspender e, à margem da lei, introduzir alterações as quais são transmitidas oficiosamente para não a comprometer. Para além das posições que, um pouco por todo o lado, foram aprovadas (texto baseado na Resolução da Marcha da Indignação – ver caixa), dezenas de Escolas aprovaram posições específicas, em relação à Avaliação do Desempenho e à inexistência de condições para o seu lançamento em apenas dois meses, para 143.000 professores, com condições de igualdade e equidade de tratamento. A FENPROF disponibiliza em <http://www.fenprof.pt> alguns dos bons exemplos a que nos referimos. | LL ■

Escola Secundária Viriato, Viseu





EB 1/ JI, St António dos Cavaleiros



Agrupamento de Escolas Vasco da Gama, Sines



Agrupamento de Escolas de Vila Verde, Braga

Tomada de posição

1. Com o objectivo de devolver às escolas, no imediato, a serenidade indispensável para que o ano lectivo termine sem perturbações mais graves do que as já existentes, deverá o Ministério da Educação:

a) suspender o processo de avaliação até final do ano lectivo, sem que daí resulte qualquer prejuízo para a carreira dos docentes;

b) garantir a não aplicação às escolas, até final do ano, de qualquer procedimento que decorra do regime de gestão escolar aprovado em Conselho de Ministros e ainda não publicado;

c) negociar normas sobre organização do próximo ano lectivo que consagre horários de trabalho para os professores pedagogicamente adequados e compatíveis com o conjunto das funções docentes;

d) respeitar os quadros legais em vigor, em especial no que respeita às situações que já mereceram sentenças em Tribunal condenando o ME. É o caso do pagamento de horas extraordinárias pelo serviço de substituições já prestado, mas também as ilegalidades, por exemplo, cometidas em sede de colocação de professores ou no concurso a titular.

2. Num plano mais geral, os professores exigem uma mudança de política educativa, com o objectivo de valorizar e dignificar a profissão e a carreira docente, bem como de promover uma Escola Pública mais democrática e de maior qualidade. Nesse sentido, defendem:

a) a renegociação do Estatuto da Carreira Docente, designadamente no que respeita ao regime de avaliação, estrutura da carreira e sua divisão em categorias, horários de trabalho e estabilidade de emprego, incluindo a prova de ingresso na profissão;

b) a renegociação do regime de direcção e gestão escolar, devendo, nesse sentido, serem respeitadas as considerações do Conselho Nacional de Educação que apontam para a necessidade de, antes de qualquer alteração, avaliar o actual modelo;

c) a renegociação da legislação aprovada sobre Educação Especial que, em diversos aspectos, atenta contra princípios fundamentais da Escola Inclusiva;

d) a aprovação de medidas que promovam a qualidade da educação e do ensino e, simultaneamente, contribuam para reduzir os elevadíssimos e preocupantes níveis de desemprego e precariedade que atingem os docentes;

e) a garantia efectiva de que nenhum docente será remetido para a "mobilidade especial", independentemente da sua situação profissional, incluindo os casos de doença que inviabilizem o exercício de funções lectivas;

f) o respeito pelos direitos sindicais e pela liberdade de exercício da actividade sindical pelos professores.

Os professores e educadores portugueses reafirmam a sua profunda indignação face ao desrespeito e desconsideração que, em relação a si, têm sido manifestados pelo actual Governo, em especial pelos membros da equipa do Ministério da Educação. Equipa que deixou de reunir condições para se manter em funções, visto que, com ela, se esgotaram todas as vias de diálogo e negociação possíveis. Reafirmam, ainda, toda a determinação na luta por estes objectivos, razão por que continuarão a exigir mudanças profundas nas políticas educativas em curso. ■

Texto base distribuído pelas escolas e que tem vindo a ser aprovado com ou sem adaptações



Terreiro do Paço transformou-se em Terreiro da Indignação



O País inteiro ouviu o protesto gigantesco dos educadores e professores portugueses



Ultrapassando todas as expectativas, 100 000 docentes (número confirmado pelo Comando da PSP) desfilaram no dia 8 de Março, no coração de Lisboa, reafirmando, num ambiente impressionante de unidade e firmeza, que “assim não se pode ser professor” e que “a escola pública não aguenta esta política”. O País inteiro

ouviu o protesto gigantesco dos educadores e professores portugueses, presentes nesta Marcha da Indignação, a maior manifestação de sempre do sector da Educação. Um oceano de revolta desceu do Marquês de Pombal ao Terreiro do Paço, passando pela Avenida da Liberdade, num desfile compacto de cerca de três quilómetros. A mensagem desta histórica acção não podia ser mais clara: é tempo de respeitar os professores e de pôr fim a uma política que os desrespeita e desconsidera. ■



Resolução aprovada: “ME deve suspender o processo sem que daí resulte qualquer prejuízo para a carreira



“Com o objectivo de devolver às escolas, no imediato, a serenidade indispensável para que o ano lectivo termine sem perturbações mais graves do que as já existentes”, refere a resolução aprovada no Terreiro do Paço, “deverá o Ministério da Educação suspender o processo de avaliação até final do ano lectivo, sem que daí resulte qualquer prejuízo para a carreira dos docentes”.

“Garantir a não aplicação às escolas, até final do ano, de qualquer procedimento que decorra do regime de gestão escolar aprovado em Conselho de Ministros e ainda não publicado” é outra

Tribunal, condenando o ME”.

“É o caso”, pormenoriza a resolução, “do pagamento de horas extraordinárias pelo serviço de substituições já prestado, mas também, por exemplo, as ilegalidades cometidas em sede de colocação de professores ou no concurso a titular”.

Noutra passagem, pode ler-se:

Num plano mais geral, os professores exigem uma mudança de política educativa, com o objectivo de valorizar e dignificar a profissão e a carreira docente, bem como de promover uma Escola

das exigências em destaque na resolução aprovada pelos cem mil participantes na Marcha da Indignação.

Os docentes reclamam ainda a negociação de normas sobre organização do próximo ano lectivo que consagrem horários de trabalho para os professores pedagogicamente adequados e compatíveis com o conjunto das funções docentes.

Os 100 000 educadores e professores presentes na histórica manifestação de 8 de Março de 2008 sublinham que o Ministério da Educação deve “respeitar os quadros legais em vigor, em especial no que respeita às situações que já mereceram sentenças em



D. José Policarpo: Professores são “absolutamente decisivos para o País”

Cardeal Patriarca de Lisboa manifesta compreensão pela posição dos professores, actualmente em conflito aberto com o Ministério da Educação.

D. José Policarpo afirma estar a acompanhar a actual polémica “com muito interesse” e “compreensão pelas dificuldades sentidas”.

Em declarações à Renascença, o Cardeal Patriarca considera que “os professores e educadores deste país são um grupo decisivo para o futuro do país, porventura mais decisivo que os políticos, que os técnicos e os financeiros”. ■

www.rr.pt, 11/03/2008



so de avaliação até final do ano lectivo, ira dos docentes”

Pública mais democrática e de maior qualidade. Nesse sentido, defendem:

a) a renegociação do Estatuto da Carreira Docente, designadamente no que respeita a regime de avaliação, estrutura da carreira e sua divisão em categorias, horários de trabalho e estabilidade de emprego, incluindo a prova de ingresso na profissão;

b) a renegociação do regime de direcção e gestão escolar, devendo, nesse sentido, ser respeitadas as considerações do Conselho Nacional de Educação que apontam para a necessidade de, antes de qualquer alteração, avaliar o actual modelo;

c) a renegociação da legislação aprovada sobre Educação Especial, que, em diversos aspectos, atenta contra princípios fundamentais da Escola Inclusiva;

d) a valorização e investimento no Ensino Superior Público, com respeito pela liberdade académica e pela condição profissional, todas essenciais à sua função social em prol do desenvolvimento do País e que estão mais uma vez postas em causa pela asfixia orçamental.

e) a aprovação de medidas que promovam a qualidade da educação e do ensino e, simultaneamente, contribuam para reduzir os elevadíssimos e preocupantes níveis de desemprego e precariedade que atingem os docentes;

f) a garantia efectiva de que nenhum docente será remetido para a “mobilidade especial”, independentemente da sua situação profissional, incluindo os casos de doença que inviabilizem o exercício de funções lectivas;

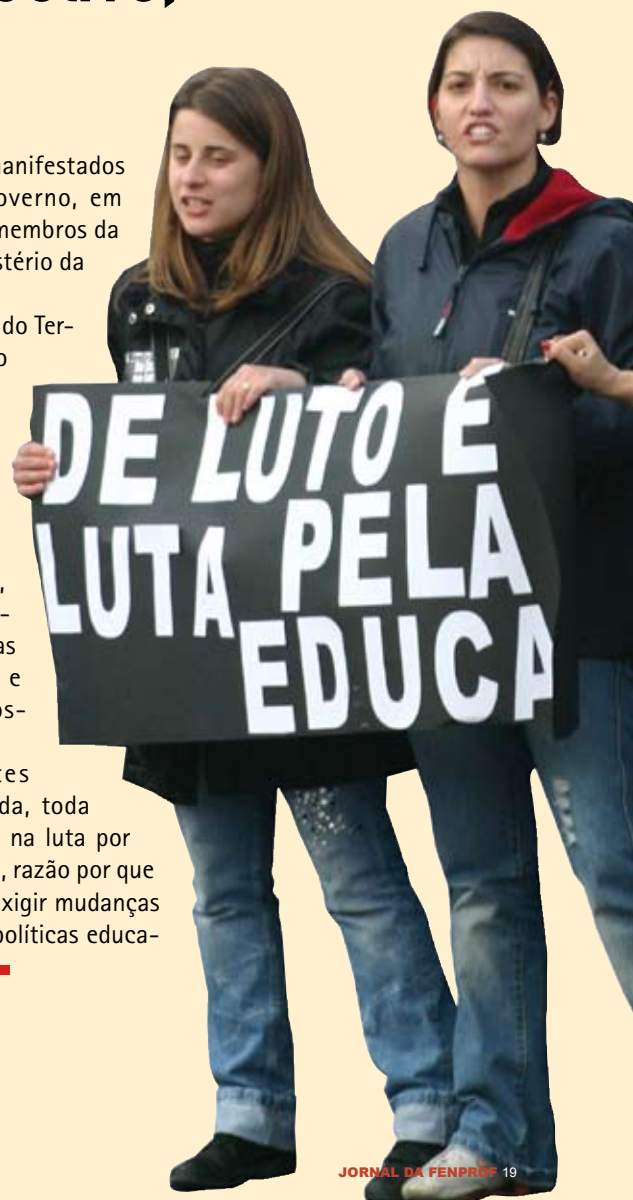
g) o respeito pelos direitos sindicais e pela liberdade de exercício da actividade sindical pelos professores.

Os professores e educadores portugueses reafirmam a sua profunda indignação face ao desrespeito e desconsideração

que têm sido manifestados pelo actual Governo, em especial pelos membros da equipa do Ministério da Educação.

A resolução do Terreiro do Paço destaca que a actual equipa do ME “deixou de reunir condições para se manter em funções, visto que, com ela, se esgotaram todas as vias de diálogo e negociação possíveis”.

Os docentes reafirmam, ainda, toda a determinação na luta por estes objectivos, razão por que continuarão a exigir mudanças profundas nas políticas educativas em curso. ■









A fechar as intervenções no mega plenário do Terreiro do Paço, Mário Nogueira deixou "em primeiro lugar, um Abraço muito forte aos milhares de Professores e Educadores que se deslocaram a Lisboa para manifestarem publicamente a sua indignação, dando fortíssima expressão e elevado significado político ao seu protesto e às suas reivindicações!"

O secretário-geral da FENPROF afirmaria depois: "Confirma-se, mais uma vez, que a contestação às políticas educativas não é uma invenção dos Sindicatos, antes é assumida pelos professores que hoje se juntaram nesta manifestação histórica. Uma saudação muito especial a todas as educadoras e professoras, mulheres que comemoram o seu dia internacional e que têm estado e continuarão a estar na primeira linha desta nossa luta."

"Por que protestam, afinal, os professores?", interrogou o dirigente sindical, que comentaria de seguida: "Por serem avessos

Mário Nogueira: "Exigimos diálogo e negociação"

a mudanças?! Por quererem preservar privilégios acumulados?! Por recusarem ser avaliados?! Todos sabem que não, mesmo os que recusam reconhecê-lo! Os professores protestam por considerarem que "Assim não se pode ser professor"; os professores protestam por verificarem que "A escola pública não aguenta mais esta política".

Mário Nogueira recordou noutra passagem da sua intervenção: "Não se pode ser professor:

- *Permanente*mente desrespeitado e desconsiderado pelos responsáveis do ME e o último exemplo, bem recente, foram as declarações da Senhora Ministra da Educação, na Grande Entrevista, passando um atestado de menoridade aos professores, ao afirmar que contestam a avaliação por estarem desinformados e que protestam nas ruas por serem manipuláveis. Isto, enquanto fazia crer que os professores deveriam estar sossegados, pois continuariam a ser os privilegiados no quadro da Administração Pública, designadamente no que respeita à avaliação e carreira, escondendo, assim, que com o regime e a limitação de acesso aos escalões do agora chamado "professor titular" através de vagas, mais de 2/3 dos docentes verão a sua expectativa salarial reduzida em 40%;

- *Sujeito a horários de trabalho pedagógicamente desadequados*, que ocupam os professores com horas e horas de trabalho burocrático, com horas e horas de reuniões, retirando-lhes tempo e disponibilidade para o que de melhor deverão fazer: o trabalho na sala de aula e todo o que daí decorre, seja de preparação, de reflexão ou avaliação;

- *Com um ECD imposto pelo ME*, que, no essencial, do primeiro ao último projecto em negociação se manteve sem qualquer alteração relevante, o que prova que um elevado número de reuniões não é sinónimo de negociação. Em 1997, com bastante menos, Governo e Sindicatos chegaram a acordo sobre a revisão do Estatuto da Carreira Docente agora desvirtuado, pervertido e amputado em aspectos fundamentais;

- Com o tratamento que se pretende dar a todos os que, tendo dado o melhor de si à profissão, são agora tratados como material descartável que se recicla ou deita fora, no

caso, sendo remetidos para a *mobilidade especial*;

- Com a extrema *precariedade* vivida por milhares de contratados e o desemprego que atinge dezenas de milhares de professores que fazem falta ao sistema e às escolas, mas que, deliberadamente, o ME remeteu para o desemprego. Desempregados e contratados que, através de uma espúria prova de ingresso, o ME pretende, em grande número, afastar da profissão;

- Como, também, se torna cada vez mais difícil ser professor no *ensino superior* com a tremenda instabilidade e desemprego que atingem este sector.

- *Sobre avaliação*, tema a que o ME procura reduzir o protesto, que fique claro: os professores não temem ser avaliados; os Sindicatos de Professores têm propostas, que apresentaram, representando, algumas delas, grande flexibilidade de posição mas, nem assim, foram tidas em conta pelo ME.

Para a Ministra os professores seriam uns privilegiados no quadro da Administração Pública...

O que os professores não aceitam e de que discordam profundamente é de um modelo que não tem carácter formativo e para pouco mais serve que não seja para definir ritmos de progressão na carreira, preferencialmente lentos, e para impedir a consideração do mérito absoluto, para o que contribuem decisivamente as cotas de avaliação e as vagas de categoria. Isto, apesar de a Ministra da Educação insistir na falsa ideia de que os docentes seriam uns privilegiados no quadro da Administração Pública. Um discurso que indicia que continua a dar por perdidos os professores e a tentar ganhar a opinião pública, missão que, até agora, lhe tem saído frustrada.

- Quanto aos docentes do *ensino particular e cooperativo*, ninguém duvida que a melhoria das condições de trabalho e exercício da profissão no ensino público se reflectirá positivamente nas suas, pelo que o seu envolvimento nesta luta é legítimo e mais do indispensável.

Prossiguiu Mário Nogueira:

A nossa luta é de espectro largo e a





exigência que fazemos de valorização e dignificação da profissão docente, tem um contexto: o de uma escola pública que se pretende também ela valorizada. Uma escola, dizemos, que não aguenta mais uma política:

- Que a desvaloriza através de uma insuportável quebra de financiamento que resulta de cortes sucessivos aplicados nos últimos anos;
- Que degrada as suas condições de trabalho e funcionamento em resultado de uma cada vez maior desresponsabilização do Estado face às suas funções sociais;
- Que, na sua organização e funcionamento, tem visto desvalorizar o primado do pedagógico face ao administrativo, princípio consagrado na Lei de Bases do Sistema Educativo. Esta situação agravar-se-á com o novo regime de direcção e gestão escolar, que reduz ou suprime princípios de participação democrática e cerceia espaços fundamentais de autonomia;
- Que lhe retira capacidade de resposta inclusiva;
- Que considera o encerramento de escolas de menor dimensão como um bem em si mesmo;
- Que promove respostas sociais de baixa qualidade, perverte o conceito de escola a tempo inteiro, transforma espaços de liberdade, como a sala de aula, em clausura e acumula escola em cima da escola, através da AEC;
- Que empurra as escolas para processos

de privatização, como acontece no ensino superior, com o novo regime jurídico, e veremos como será nos restantes sectores de ensino, quer na sequência da municipalização total do básico, quer da entrega da gestão do parque escolar do secundário a uma empresa;

· Anunciadas estão outras alterações que preocupam muito os professores. Por exemplo, as alterações previstas para o 2.º Ciclo ou a liquidação do ensino artístico enquanto resposta pública e de qualidade...

Conclui-se, então, que as posições dos professores não diferem, antes convergem com as da maioria dos portugueses na defesa de uma Escola Pública, Democrática e de Qualidade, razão por que têm sido tantos os apoios e as manifestações de solidariedade que nos têm chegado, devendo aqui destacar, pela importância que assumem, os provenientes de algumas das maiores Federações Regionais de Associações de Pais, como são as de Lisboa, Viseu, Beja e Leiria, de tantas e tantas associações de pais ou, também, da nova confederação de associações que hoje reuniu e nos enviou uma saudação. Mas também de associações de estudantes, de autarquias e de muitas organizações nacionais e internacionais de diversa natureza. A todos um grande Obrigado.

Conflito com todos

O protesto dos professores decorre também do comportamento da equipa

ministerial. Um comportamento que não se recomenda em democracia: é a atitude de permanente desconsideração dos docentes; é a imparável produção de orientações que contrariam quadros legais em vigor; é o desrespeito pelas leis e, agora, pelas decisões dos tribunais; é a tentativa de desvalorizar as organizações sindicais, o desrespeito pelos direitos sindicais e a deterioração do diálogo e da negociação... É o conflito com todos: mais visível em relação aos professores e aos seus sindicatos, mas também não passaram despercebidos conflitos com o Senhor Provedor de Justiça, com o Senhor Procurador-Geral da República, com o Tribunal Constitucional, com o Conselho Nacional de Educação, com todos os grupos parlamentares, incluindo o da maioria, com as equipas ministeriais dos anteriores governos do PS, enfim, uma postura que faz supor que, para os membros desta equipa ministerial, a razão e a verdade são as suas, apenas as suas e nenhuma outra que não as suas, o que, no plano democrático, escusa comentários..."

Três notas

Mário Nogueira deixou, depois, três notas de viva actualidade:

1. A visita de agentes policiais a escolas são nódoas no tecido democrático que não podem passar em claro. Diz o Governo que abrirá inquérito para saber se houve abusos nas visitas? Não podia evitá-la porque



as visitas às escolas, nos termos e para os efeitos em que foram feitas, são, em si mesmas, um abuso democraticamente intolerável! Actos destes e porque a outros actos assistimos, preocupam-nos, pois deles sobreleva uma inaceitável degradação da nossa democracia.

2. O apelo do Senhor Presidente da República à serenidade, que registámos positivamente. Os professores têm sido exemplares nesta luta, uma das mais fortes de sempre: serenamente, nas escolas, dão o seu melhor aos alunos; ao final da tarde, à noite ou ao fim de semana, nas ruas, dão expressão ao seu descontentamento, ao seu protesto, à sua indignação. Já da parte do ME e do Governo isso não acontece: são os excessos de linguagem contra os professores e os seus Sindicatos; é a intransigência; são os actos democraticamente reprováveis. Falta-lhes serenidade, estão nervosos, porque bem sabem que a razão está do nosso lado.

3. A alegada necessidade de mediadores entre o ME e os Sindicatos para acabar com os protestos. Neste processo não são necessários mediadores, pois os Sindicatos não estão zangados com o Ministério da Educação nem com o Governo. Queremos dialogar, queremos negociar, temos propostas, como sempre tivemos, para alterar e corrigir, por exemplo, o regime de avaliação. Pretendemos, apenas, que o Ministério da

Educação esteja disponível para dialogar de facto e não apenas para conversar. O diálogo efectivo exige negociação, o diálogo que tem existido não tem passado de conversa.

Quatro propostas

Para ultrapassar, de momento, a situação que existe, e permitir que o ano lectivo termine sem perturbações mais graves do que as instaladas, os Sindicatos apresentam as seguintes propostas:

1. Suspensão do processo de avaliação até final do ano lectivo e sua experimentação antes de ser generalizado. Seria uma irresponsabilidade perante os professores, mas igualmente perante a escola e os alunos que, apenas por teimosia, o ME mantivesse o início da avaliação no 3.º período, um período tão sensível do ano lectivo;

2. Não aplicação às escolas, este ano, de qualquer procedimento decorrente do novo modelo de direcção e gestão escolar;

3. Negociação de normas sobre a organização do próximo ano escolar que consagrem horários de trabalho pedagogicamente adequados e compatíveis com as funções docentes, no seu conjunto;

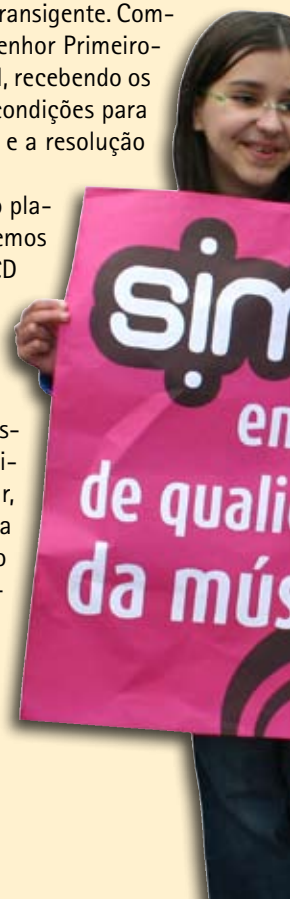
4. Respeito pelos quadros legais em vigor, correcção de ilegalidades que foram cometidas ao longo do ano e respeito pelas decisões dos tribunais, designadamente no

que respeita à extensão de efeitos de sentenças que transitaram em julgado.

Primeiro Ministro tem que dar sinal

Seria uma irresponsabilidade política do Governo não revelar sinais de abertura ao diálogo, mantendo-se numa posição irredutível, inflexível e intransigente. Compete, sobretudo, ao Senhor Primeiro-Ministro dar esse sinal, recebendo os Sindicatos e criando condições para a abertura do diálogo e a resolução desta crise.

Mas, para além do plano imediato, pretendemos a renegociação do ECD em aspectos que são essenciais, incluindo a própria estrutura e organização da carreira, bem como a discussão do regime de direcção e gestão escolar, a alteração profunda da recente legislação sobre Educação Especial, o financiamento adequado do ensino superior público, a qualificação das respostas públicas





de ensino artístico e não o seu desmantelamento, a negociação de medidas que, contribuindo para a qualidade da educação e do ensino reduzam os elevados níveis de precariedade e desemprego docente que se verificam, a promoção de uma componente

de apoio às famílias que tenha qualidade e respeite os direitos das crianças e dos profissionais envolvidos, a não aplicação do regime de mobilidade especial a qualquer docente, independentemente da sua situação profissional.

tas, sendo este o primeiro dia desse mesmo futuro que queremos melhor. E desde já nos comprometemos a construir uma nova proposta sobre avaliação do desempenho, a partir das que anteriormente apresentámos, provando, assim, que as alternativas ao modelo de avaliação imposto são não só possíveis, como desejáveis", observou o dirigente sindical.

Esta equipa deixou de reunir condições

Quanto à substituição da actual equipa ministerial, a nossa posição é clara: não é a substituição que garante a mudança das políticas ou a resolução de alguns dos mais graves problemas da Educação; todavia, esta equipa deixou de reunir condições para se manter em funções, não só por ter deixado de ser parte da solução para ser parte do problema, mas, também, por, com ela, se terem esgotado todas as vias de diálogo e de negociação possíveis.

"Que fique claro: a nossa preocupação maior não é com a preparação da "guerra", mas com a preparação do futuro da profissão e da escola, logo, com a construção de propos-

Vamos continuar a lutar

E concluiu o porta-voz da Plataforma Sindical dos Professores:

"Não vamos desperdiçar esta grande força que somos, esta unidade que construímos, esta determinação que temos. Vamos continuar a lutar pela valorização e pela dignificação da profissão e dos profissionais docentes, a reivindicar o que consideramos justo para os professores e a defender os interesses da Escola Pública Portuguesa. E é só isso que nos move. Temos posicionamentos críticos em relação às políticas e às medidas do Governo, mas também temos propostas que constituem alternativas sérias e contributos importantes. Por essa razão, exigimos diálogo e negociação para que, finalmente, se possa ser professor, e para que, de uma vez por todas, a política educativa valorize e contribua para a afirmação da Escola Pública Portuguesa."

| Subtítulos da redacção do JF ■



Ainda a propósito da Marcha da Indignação

Políticos amadores no Poder: o País tem razões (de sobra) para estar preocupado

de estarem a levar a cabo "uma intimidação anti-democrática" e atribuiu o combate pela liberdade apenas a "históricos" do PS. O ministro acusou ainda os manifestantes de "nem sequer saberem distinguir entre Salazar e os democratas" e de nem terem "lutado contra o fascismo"...

- No dia 9 de Março, o primeiro-ministro, José Sócrates, disse que mantém a confiança na ministra da Educação, desvalorizou o protesto dos 100 mil docentes, condenou todos os que se solidarizaram com a Marcha da Indignação e garantiu, em tom meio triunfante, meio nervoso, que não haverá alterações à política do Governo.

- Na RTP N, num debate com representantes de várias forças políticas, José Lello, dirigente socialista, Ministro da Juventude e do Desporto no XIV Governo Constitucional, foi ao ponto de dizer que os professores eram uns "coitadinhos", comentando uma declaração de um dos presentes nesse debate sobre a quantidade de trabalho que se coloca aos professores com a carga burocrática imposta pelas políticas do Ministério da Educação para as escolas.

- Na SIC, no telejornal da noite de 8 de Março, a Ministra Lurdes Rodrigues minimizou a manifestação, fingiu que o protesto de dois terços dos professores nas ruas de Lisboa não tinha grande significado e declarou: "Vou continuar a trabalhar, tal como tenho feito, e é o que vou continuar a fazer..."

Há angústia e nervosismo nestas reacções. Mas não só:

Continua a falta de respeito e a desconsideração pelos professores.

Insiste-se numa agressividade que certamente não conduz a nada de positivo.

Confirma-se uma postura de incompetência política na análise dum fenómeno social (sociológico, político, profissional) que leva para as ruas mais de 100 mil profissionais em acção de recusa e de protesto contra políticas erradas. Que políticos são estes que não entendem a mensagem que

vem da rua? Quem é que está a ver mal as coisas: a esmagadora maioria dos que asseguram o serviço na rede escolar ou os políticos que estão (neste momento) nos gabinetes do Poder?

Continua a revelar-se a fraqueza política de um Governo que se julga forte porque tem uma maioria subserviente e amorfa nas bancadas de São Bento.

Persiste uma política de cassete. Os secretários de Estado, o Primeiro Ministro e a ministra Lurdes Rodrigues não dizem nada de novo; massacram os jornalistas e a opinião pública com discursos carregados de repetições demagógica; parece um coro afinado por uma cartilha escrita fora de tempo, morta pelos acontecimentos.

Concluimos, assim, que temos políticos amadores no Governo da República. E isso deixa sérias preocupações ao país, aos cidadãos, às instituições do Estado democrático e ao Presidente da República.

Há angústia e nervosismo nestas reacções. E também notória falta de visão política, de capacidade para ver o amanhã, de entendimento da realidade para construir soluções negociadas, em contraste com a atitude das organizações sindicais, como ficou patente nas últimas palavras de Mário Nogueira no mega plenário de 8 de Março no Terreiro do Paço:

"Que fique claro: a nossa preocupação maior não é com a preparação da "guerra", mas com a preparação do futuro da profissão e da escola, logo, com a construção de propostas, sendo este o primeiro dia desse mesmo futuro que queremos melhor. E desde já nos comprometemos a construir uma nova proposta sobre avaliação do desempenho, a partir das que anteriormente apresentámos, provando, assim, que as alternativas ao modelo de avaliação imposto são não só possíveis, como desejáveis.(...) Exigimos diálogo e negociação para que, finalmente, se possa ser professor, e para que, de uma vez por todas, a política educativa valorize e contribua para a afirmação da Escola Pública Portuguesa." | JPO ■

A impressionante Marcha da Indignação, que juntou em Lisboa mais de 100 000 educadores e professores de todas as regiões do País no dia 8 de Março, provocou antes e depois da sua realização várias reacções de *opinion makers* de serviço (daria para outro apontamento) e de responsáveis do partido que está no Poder, algumas merecedoras de reflexão. Para já, registamos quatro.

- Em Chaves, no dia 7, véspera da Marcha, à entrada para uma reunião sobre os três anos de Governo, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, acusou os manifestantes (que se encontravam junto ao recinto desse encontro)



no alvo



Emídio Rangel vive num universo que não existe

“Eles aí estão ‘em estágio’. Faz-me lembrar os hooligans quando há uma disputa futebolística em causa (...) Confesso que tenho vergonha destes pseudoprofessores que trabalham pouco, ensinam menos, não aceitam avaliações e transformaram-se em soldados do Partido Comunista, para todo o serviço. Maria de Lurdes Rodrigues é uma ministra determinada. Bem haja pela sua coragem.”

*Emídio Rangel, Correio da Manhã.
8/03/2008*

Na vida, há quem progrida intelectualmente e há quem caia. Entre os que caem, há uns que vão caindo aos poucos, há outros que, na queda, vão tentando disfarçar a sua mediocridade e há ainda os que caem a pique. Nestes, há quem se conforme com a situação e há os que, desesperadamente, vendem ódio à peça, por vezes como forma de sobrevivência no pântano da ignorância.

Emídio Rangel integra este último grupo. Se fizesse parte do mundo do futebol, diríamos que passou ao lado de uma carreira, depois de se ter arrastado, sem glória, pela “Liga dos Últimos” e de ter sido vítima de numerosas chicotadas psicológicas e de imensos lenços brancos nos pelados dos distritais da província.

Emídio Rangel está cada vez mais pobre (de espírito) e isolado. Vive num universo que não existe.

Passou à história e grita desesperadamente para dentro de um poço sem fundo.

Emídio Rangel não existe. | JPO ■

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

FENPROF lança debate inédito para a construção de um modelo rigoroso e valorizador da profissão

A FENPROF, em quatro momentos, no último ano e meio, apresentou as suas propostas para a regulamentação da Avaliação do Desempenho, seja no âmbito da sua actividade específica e do relacionamento institucional com o governo, seja no âmbito da Plataforma Sindical dos Professores.

Fê-lo no Jornal da FENPROF n.º 210, em Junho de 2006, e em três outros documentos, desde essa data, de que se destacam as “7 premissas para uma negociação séria e efectiva (11.11.2006)” e a “Proposta da Plataforma para a negociação - Esforço de Aproximação”.

Relançar as propostas e transferir para os professores e para as escolas a construção de um modelo de avaliação rigoroso e de qualidade, foi uma das decisões do Conselho Nacional da FENPROF que se realizou em Lisboa nos dias 10 e 11 de Março.

A concretização desta ideia far-se-á até ao final do próximo ano lectivo, período que a Federação pretende que seja de experimentação do modelo do ME. Ao mesmo tempo, os docentes poderão, a partir do modelo proposto pela FENPROF, desenvolvê-lo e apresentar, no fim, uma proposta, por si sufragada, através da sua participação em reuniões, plenários ou encontros que nesse âmbito venham a realizar-se. Este debate permitirá, ainda, colocar em confronto duas propostas - a do M.E. e a dos Professores e Educadores.

O Secretariado Nacional da FENPROF fará o lançamento público, ainda este ano, das suas propostas, revistas e actualizadas, integrando diversos aspectos que se relacionam com o seu enquadramento profissional, a sua ligação com um modelo democrático de gestão e a perspectiva formativa, valorizadora e promotora da profissão e da qualidade de ensino. | LL ■





ENTREVISTA

João Cunha Serra:

Depois de depauperar as instituições, o MCTES está a ofender também a sua autonomia

Em recente conferência de imprensa, o Departamento de Ensino Superior e da Investigação da FENPROF anunciou o lançamento de acções específicas de mobilização dos docentes e investigadores, preferencialmente em conjunto com outras organizações sindicais. O objectivo é “a afirmação junto do Governo e do MCTES das reivindicações dos docentes e investigadores, designadamente no que se refere à salvaguarda do direito à carreira e à estabilidade profissional, e, em especial, à abertura de concursos e ao desbloqueamento da progressão nos escalões, congelada desde 30/8/2005”.

Nesse encontro com os jornalistas, a FENPROF alertou, uma vez mais, para as consequências da “acentuada recessão no Ensino Superior Público”, provocada pelas políticas do Governo, apontando, entre outras, as situações causadas pela imposição de “contratos de saneamento económico e financeiro” a quatro universidades: Évora, Trás-os-Montes e Alto Douro, Algarve e Açores.

Para um melhor esclarecimento da situação actual no Ensino Superior e na Investigação, fomos ao encontro do coordenador daquele Departamento da FENPROF, João Cunha Serra, docente do Instituto Superior Técnico (IST) de Lisboa, membro do Secretariado Nacional da FENPROF e da Direcção do SPGL.

JF – Em recente conferência de imprensa, afirmou que “o Governo está a provocar uma acentuada recessão no Ensino Superior Público”. Como é que se manifesta essa grave situação?

João Cunha Serra (JCS) – Todas as instituições estão depauperadas por violentos cortes orçamentais, sobretudo as do interior do País que revelaram ser um motor do desenvolvimento regional. O Governo obriga as instituições que estão mais afectadas a “emagrecer”, por estarem a gastar acima dos orçamentos reduzidos, violando direitos de carreira dos docentes.

A gestão destas instituições (mais afectadas) está a ser determinada ou imposta pelos serviços do Ministério, ofendendo gravemente a sua autonomia, num inaceitável “regresso ao passado”.

JF – Quem paga a factura?

JCS – Os custos do Ensino Superior são cada vez mais transferidos para os estudantes e suas famílias, através de propinas crescentes, prejudicando a democratização do sector.

JF – Até onde já foi o Governo nesta política de cortes orçamentais?

JCS – O Governo realizou, em 2007, e mantém, em 2008, cortes nominais violentos (cerca de 15%, em 2007, e 8%, em 2008) nos orçamentos das instituições, tripudiando sobre a fórmula de financiamento, que transformou numa ficção.

O Ministro, entretanto, não honrou os contratos de desenvolvimento assinados entre as instituições e a anterior Ministra, subtraindo-lhes, deste modo, muitos recursos financeiros.

O Governo obrigou, assim, em 2007, quatro instituições a ficarem deficitárias. Esse número aumentará substancialmente em 2008, com graves prejuízos para a garantia da qualidade, da relevância social e da eficiência das suas actividades;

O Ministro está agora a aproveitar as dificuldades financeiras que criou para coagir as instituições mais vulneráveis, via contratos de saneamento financeiro, a reduzirem custos pelo não cumprimento dos direitos de carreira dos seus docentes, nomeadamente recusando sabáticas e dispensas de serviço docente para doutoramento.

Asfixia financeira e ataque à autonomia: duas faces de uma mesma moeda

JF – Os dirigentes da FENPROF presentes na conferência de imprensa de 4 de Março relacionaram a política de asfixia financeira com o ataque à autonomia das instituições. Pode pormenorizar?

JCS – Depois de depauperar estas instituições, o MCTES está a ofender também a sua autonomia, humilhando-as com o envio de controladores financeiros e com a exigência de relatórios com detalhadas justificações de despesas, como se fossem incapazes de se governar a si próprias. As instituições de ensino superior têm efectuado uma gestão de recursos, a vários títulos exemplar, pelo que não se compreende nem se justifica esta medida que viola a Lei da Autonomia.

O Governo vai, assim, impelindo as instituições a fixarem as propinas das licenciaturas e de alguns novos mestrados nos valores mais altos que a lei permite e a subirem, até onde o mercado permitir, as propinas dos mestrados antigos, de muitos novos 2^{os} ciclos, dos doutoramentos e de outras pós-graduações, agravando assim as desigualdades no acesso e na frequência no ensino superior.

O Governo contribui também, com a asfixia financeira das instituições, para bloquear um dos principais procedimentos com vista ao reconhecimento e recompensa do mérito. De facto, as vagas nos quadros estão globalmente por preencher a cerca de 35%. Entretanto, as progressões nos



escalões estão congeladas desde 1 de Setembro de 2005.

Enormes atrasos na aprovação e no financiamento dos projectos de investigação financiados pela FCT

JF – Outras matérias essenciais, como os concursos públicos, a avaliação e os projectos de investigação científica, estão a sofrer as consequências severas desta política de estrangulamento financeiro. Como é que se manifestam essas consequências?

JCS – Os concursos públicos – forma típica de avaliação e reconhecimento do mérito nas carreiras – encontram-se em vias de extinção, devido aos cortes orçamentais. O discurso político do Governo a favor da avaliação do desempenho e da recompensa do mérito está, no Ensino Superior, posto à prova. A asfixia financeira impede a realização da avaliação.

O Governo vai, entretanto, mantendo e agravando os enormes atrasos na aprovação e no financiamento dos projectos de investigação financiados pela FCT.

Para além destes atrasos, o Governo não disponibiliza um quadro geral e um calendário dos concursos a financiamentos. Não se sabe, por exemplo, quando vão existir novos concursos para projectos de investigação em todos os domínios científicos, nem nunca são divulgados os montantes globais envolvidos.

Os Centros de Investigação avaliados e financiados pela FCT, a maioria dos quais sedeados em instituições do ensino superior, desconhecem se terão e quais serão os seus orçamentos para 2008, no âmbito do financiamento plurianual. Estes orçamentos estão dependentes de um processo de avaliação da responsabilidade do próprio Governo, que deveria ter sido efectuado durante o ano de 2007 e que está longe de estar concluído, havendo ainda painéis de avaliação por definir.

Como alertámos na referida conferência de imprensa, o Ministro não transfere para as instituições milhões de euros de gastos gerais com projectos de investigação, devidos desde 2001, que podiam contribuir para aliviar as dificuldades financeiras de algumas instituições, contrariando na prática, o discurso de que o investimento na Ciência iria compensar os cortes nos orçamentos de funcionamento.

Instituições estarão a ser contribuintes líquidos da ADSE

JF – A FENPROF revelou em conferência de imprensa que o Governo força as instituições a pagarem do seu orçamento, no essencial, as despesas de saúde do seu pessoal. Como se compreende isto?

JCS – De facto, tudo indica que as instituições estarão a ser contribuintes líquidos da ADSE, pois os gastos em medicamentos – únicos gastos de saúde que não são pagos

“O Governo cativou, em 2006, verbas do OE e até receitas próprias, desrespeitando a programação da gestão das instituições e o seu esforço de angariação de financiamentos alternativos aos do Estado que, nos discursos, o Ministro diz querer incentivar”. O Executivo “mantém a disposição iníqua, aprovada em 2003, que impede as instituições de transitar de ano com um saldo inferior ao do ano anterior, criando-lhes com isso graves dificuldades de gestão, em especial, no final de cada ano.”



A avaliação dos cursos, após a paralisação do CNAVES imposta pelo Ministro, mantém-se no domínio do aparelho burocrático do Ministério, permitindo grande arbitrariedade nas decisões sobre a aprovação ou a rejeição dos cursos, alerta a FENPROF.

destes contratos de saneamento económico e financeiro, que violam o estabelecido no ECDU (sabáticas e dispensas de serviço docente para doutoramento), e respeito pela autonomia das instituições, é outra das nossas reivindicações.

É também fundamental pôr fim ao congelamento dos saldos transitados. No mínimo, aceitação por parte do Governo do princípio de que o limite de saldo transitado a não ultrapassar seja igual ao que se verificou no ano em que pela primeira vez foi imposta essa medida às instituições, descontadas as reduções já autorizadas para pagamento das contribuições extraordinárias para a Caixa Geral de Aposentações.

Propomos, ainda, a transferência imediata, para reforço dos orçamentos de funcionamento das instituições, das verbas em dívida da FCT relativas a gastos gerais dos projectos (20% do total aprovado para estes).

JF – A Federação tem também propostas nas áreas da ciência e da avaliação...

JCS – Propomos que a Fundação para a Ciência e Tecnologia cumpra atempadamente aquilo a que se tem comprometido no que se refere a abertura de concursos para a apresentação de projectos e sua avaliação, aprovação e financiamento, recuperando os gigantescos atrasos de todo este processo que provoca enormes dificuldades aos investigadores e às unidades de investigação. Propomos, finalmente, o arranque urgente da Agência de Acreditação e de Avaliação, pondo termo a este longo período (três anos) de avaliação burocrática, governamentalizada, feita na Direcção Geral do Ensino Superior. ■

pelos seus orçamentos – são estimados como sendo inferiores aos descontos de 1,5% nos vencimentos de docentes e restante pessoal, que vão para a ADSE.

FENPROF avança propostas objectivas

JF – Na conferência de imprensa de 4 de Março, a FENPROF apresentou um conjunto de propostas objectivas que, a concretizarem-se, contribuirão de forma muito significativa para a resolução dos graves problemas que se estão a viver no sector. O ministro Mariano Gago já reagiu a estas propostas?

JCS – Julgamos que o senhor ministro já as leu. Vamos aguardar. Aliás, como sublinhámos no encontro com a comunicação social, o responsável do MCTES não reúne com os Sindicatos desde o Verão do ano passado. Recorde-se, a propósito, que Mariano Gago tinha prometido apresentar um documento orientador para a revisão dos estatutos das carreiras e, nesse sentido, ouvir as organizações representativas dos docentes, o que ainda não aconteceu.

JF – Pode dar-nos uma ideia resumida das propostas da FENPROF?

JCS – No plano das carreiras, as nossas

propostas têm que ver com a garantia do direito a uma carreira, o que significa essencialmente possibilidade de obtenção de um vínculo estável e oportunidades de promoção, e com a existência de sistemas adequados e idóneos de avaliação. Reclamamos também que sejam respeitados os direitos e as expectativas criadas nas carreiras aos docentes e investigadores, designadamente no que se refere à garantia de que os actuais assistentes universitários, uma vez doutorados, sejam contratados como professores auxiliares.

No domínio do financiamento, além do reforço dos orçamentos de funcionamento das instituições para 2008, para garantir a sua solvência, sem prejuízo da qualidade, da eficácia, da eficiência e da relevância social, bem como dos direitos do pessoal docente, investigador e outro, chamamos a atenção para a necessidade de conversão dos contratos de saneamento económico e financeiro em contratos programa e contratos de desenvolvimento, de forma a evitar que os primeiros assumam um carácter economicista e de modo a viabilizar planos estratégicos que se integrem nos processos de desenvolvimento regional e nacional.

A eliminação imediata das condições exigidas pelo MCTES para a elaboração



Mariano Gago “mantém, desde que tomou posse, um sistema governamentalizado de avaliação de cursos, tendo paralisado a acção do CNAVES e estando a atrasar a entrada em funcionamento da Agência de Acreditação e Avaliação, permitindo decisões discricionárias e de idoneidade duvidosa sobre aceitação ou a recusa da aprovação de cursos no novo figurino de Bolonha (com repercussões nas capacidades de captação de alunos), ao mesmo tempo que faz crer à opinião pública que as instituições não se preocupam com a empregabilidade dos seus cursos, nem com o nível da procura dos alunos”.

A pobreza tem causas e responsáveis

É necessária e urgente uma mudança de políticas. O recente relatório da Comissão Europeia, que analisa a situação da protecção social e inclusão social, aponta para um agravamento da pobreza no nosso País, nomeadamente das crianças, relativamente a 2003, em consequência da situação dos progenitores ou de quem dependem, face ao desemprego de todo agregado ou de um deles, dos baixos rendimentos e da instabilidade de emprego.

As crianças que são pobres é porque geralmente vivem em agregados pobres, refere o documento, que observa, ainda, que a melhoria da situação material das crianças tem de envolver um aumento do rendimento das famílias, quer financeiro, quer sob a forma de prestação de serviços sociais básicos, bem como medidas para facilitar o acesso de ambos os progenitores ao mercado de trabalho. E evidencia a necessidade de melhorar a qualidade dos empregos, de uma envolvente propícia à actividade profissional e de oportunidades de progressão na carreira, para que as famílias possam viver com dignidade, como regista uma nota divulgada pela CGTP-IN.

A Central tem vindo a alertar o País e as instituições políticas e sociais para as crescentes desigualdades, em consequência do desequilíbrio na distribuição dos rendimentos, do aumento do desemprego e da precariedade do emprego e dos respectivos rendimentos e das medidas que têm fragilizado as funções sociais do Estado. Consequentemente, tem chamado a atenção para necessidade de mudanças das políticas seguidas pelo Governo, e do comportamento do patronato. Ainda recentemente, no seu XI Congresso (15 e 16 de Fevereiro), a Inter denunciou que os trabalhadores estão a empobrecer brutalmente, assim como as suas famílias e outras camadas da população, na razão inversa do crescimento da riqueza dos já muito ricos. "Não nos surpreende este relatório da Comissão, pois a CGTP-IN tem presente todos os riscos inerentes ao agravamento da situação laboral e social. E, por essa razão, centrou toda a discussão do Congresso

e as suas deliberações, no emprego e na distribuição da riqueza. Para sustentar as suas posições, elaborou um estudo onde se debruça sobre a distribuição do rendimento e da riqueza: as desigualdades no emprego; as desigualdades no acesso à saúde e educação e aprendizagem ao longo da vida e as desigualdades fiscais", sublinha a Inter-sindical, na sequência, aliás, de sucessivos alertas deixados pelos seus dirigentes em numerosas acções públicas do movimento sindical.

Preocupante taxa de desemprego

Ao sublinhar que "um dos factores principais para o empobrecimento dos trabalhadores e das suas famílias é o desemprego e a precariedade no emprego", a CGTP-IN alerta: "Portugal, situa-se hoje entre os Países da U.E. onde a taxa de desemprego é mais alta e onde tem vindo aumentar o desemprego de longa duração, nomeadamente das mulheres, mas são os jovens os mais afectados pelo desemprego, nomeadamente a camada entre os 25 e 34 anos. Também os jovens são os mais atingidos pela precariedade, que atinge um nível elevadíssimo. Verifica-se que 1/5 dos trabalhadores por conta de outrem, tinham um contrato não permanente, no 2º trimestre de 2007, o que correspondia a cerca de 850 mil trabalhadores, colocando Portugal em 3º lugar de trabalhadores precários na U.E."

Esta situação gravíssima em termos de emprego, associada aos baixos salários, que também nos situa na cauda da Europa (é preciso ter presente que o Salário Mínimo Nacional líquido é de apenas 379,14 euros),

tem de provocar necessariamente pobreza nos trabalhadores, estando as crianças em risco e mais vulneráveis a este fenómeno.

Diagnóstico do País está feito há muito

Na perspectiva da Inter, "tem que se reconhecer que as políticas de inclusão, que têm como objectivo o combate à pobreza, tem sido um verdadeiro fracasso. Vamos no 3º Plano Nacional de Inclusão, que terminará no final deste ano, que focaliza as crianças mais vulneráveis e pobres, deficientes e imigrantes, mas o certo é que o Governo deu um grande ênfase à sua apresentação. Como com todos os outros Planos, a concretização dos objectivos acaba por nunca ser conhecida."

O mesmo acontece com o Rendimento Mínimo de Inserção, desde a sua origem, funcionando na essência apenas como prestação, lembra a Central, que acrescenta: "O diagnóstico do País está feito há muito. O que importa, decisivamente, é que o Governo ponha termo às políticas neoliberais e altere o rumo da sua acção, e que o patronato cumpra as suas obrigações e responsabilidades para com os trabalhadores e a sociedade."

"A CGTP-IN, no seu XI Congresso, aprovou 15 objectivos reivindicativos a apresentar ao patronato e Governo que, a serem concretizados, muito contribuiriam para pôr termo à pobreza e exclusão social. Os trabalhadores são detentores de capacidade e de sentido de responsabilidade, de confiança e vontade política suficiente e indispensáveis, para avançar na construção de um Portugal desenvolvido e solidário", conclui a Central. ■

O povo palestino não pode continuar a ser vítima de tanto sofrimento!

■ José Paulo Oliveira (Jornalista)

O Presidente palestino Mahmoud Abbas suspendeu no passado dia 2 de Março todos os seus contactos com Israel como forma de protesto contra a ofensiva israelita que ocorreu horas antes na Faixa de Gaza e que fez dezenas de mortos entre os civis.

As negociações e todos os contactos foram suspensos a todos os níveis pois perante a agressão israelita não fazem nenhum sentido, acrescentou um porta-voz da Autoridade palestina. "O Governo israelita decidiu lançar uma guerra injusta e de massacre ao nosso povo. Assim, é inteiramente responsável pelo bloqueio do processo de paz e pelas consequências da decisão de suspender os contactos", sublinhou a representante da presidência palestina. Na altura, o Presidente Abbas deu indicações à sua equipa de negociadores no sentido da interrupção de todos os contactos com Israel, "até que cesse a agressão".

Muitas organizações sindicais têm alertado os responsáveis políticos e a opinião pública internacional para a situação dramática que se continua a viver naqueles territórios, afectando directamente as populações, incluindo mulheres, crianças, estudantes e professores. Uma dessas organizações é a CGTP-IN, que voltou a reafirmar a sua activa solidariedade com a causa palestina no recente XI Congresso (15 e 16 de Fevereiro, Lisboa).

A Central unitária tem vindo a acompanhar com enorme preocupação a situação vivida por mais de um milhão de palestinos na faixa de Gaza, vítimas de bloqueios impostos pelas autoridades israelitas, o que tem conduzido a incontáveis sofrimentos e carências no plano das condições de saúde, produtos alimentares, energia, etc.

Um rasto de destruição e morte

A CGTP-IN, à semelhança de numerosas organizações representativas dos trabalhadores na Europa e noutros continentes, exige o fim imediato da ocupação por Israel de todos os territórios palestinos, o que significa o fim dos colonatos e de outros territórios árabes no Médio Oriente.

A política de "cerco e bloqueio" já provocou, nos últimos meses, "a morte de centenas de civis palestinos e o caos económico e social na Faixa de Gaza, nomeadamente a um nível de desemprego jamais alcançado, complementado pela agressão diária dos aviões, helicópteros e tanques israelitas que nos dois últimos anos já assassinaram perto de mil cidadãos palestinos neste território", sublinha uma nota de imprensa divulgada recentemente pela Intersindical Nacional.

"Todos estes crimes", observa Central, "explicam porque 700 mil palestinos atravessaram (recentemente) a fronteira com o Egipto, fugindo à violência e à fome que Israel lhes impõe", num cenário impressionante que algumas cadeias de televisão documentaram, provocando grande indignação em todo o Mundo (à excepção da casa Branca).

"O povo palestino da Cisjordânia vive igualmente em condições precárias e está sujeito a tratamentos da mesma natureza que, embora de menor intensidade que em Gaza, sofre também na pele a ocupação dos colonatos israelitas, os efeitos do muro de separação, bem como acções militares diárias de represália colectiva", recorda a CGTP-IN. Como foi sublinhado no Congresso da Inter, o povo palestino não pode continuar a ser vítima desta brutal ofensiva e de tanto sofrimento.

Telavive tem de respeitar o Direito humanitário internacional

O Governo de Portugal e dos outros países da União Europeia têm de exigir a Israel que pare, de uma vez por todas,



estes brutais ataques. O Executivo de Telavive tem de respeitar o direito humanitário internacional, respeitar as resoluções da ONU sobre a Palestina e o Médio Oriente e pôr fim a esta criminosa punição colectiva do povo mártir palestino. A CGTP-IN e os trabalhadores portugueses exigem ao Governo português e à União Europeia que assumam as suas responsabilidades, não dando qualquer cobertura a estas acções das autoridades israelitas e que, simultaneamente, exijam a Israel que, de uma vez por todas, acate e retome, com seriedade, o processo de negociação conduzido no quadro da ONU. A Central portuguesa deixa um vibrante apelo aos trabalhadores e à população portuguesa para que reforcem a sua solidariedade e apoio à justa luta dos trabalhadores e do povo da Palestina, pelo seu inalienável direito, reconhecido pela comunidade internacional, a viver em paz e segurança e a construir uma pátria livre e soberana. ■



Por um Estado Palestino, livre, democrático e independente, com capital em Jerusalém Oriental

“(...) Propomo-nos intensificar, na base dos princípios de solidariedade internacionalista, a nossa acção solidária, política e material para com todos os povos do mundo que lutam pelos seus direitos, designadamente os trabalhadores e o povo palestino, exigindo a retirada imediata das forças israelitas dos territórios árabes ocupados, o abandono do muro de separação e dos colonatos, bem como a resolução do grave problema dos refugiados e do Estatuto de Jerusalém. Estes factores são impeditivos do êxito em qualquer processo de negociação para a resolução pacífica deste conflito, que deve conduzir à criação de um Estado Palestino, livre, democrático e independente, com capital em Jerusalém Oriental (...). ■

Da moção sobre Paz e Solidariedade Internacional aprovada no XI Congresso da CGTP-IN, 15 e 16 de Fevereiro 2008, Lisboa

“O muro de 750 quilómetros construído por Israel chegou ao ponto de dividir uma escola na zona de Jerusalém”

Por ocasião do V Congresso da Internacional de Educação (Julho 2007), as notícias sobre as negociações entre responsáveis políticos, perspectivando a esperança de Paz para o Povo da Palestina, também chegaram ao grande encontro da IE, em Berlim. À conversa com a reportagem do JF, o secretário-geral da organização representativa dos docentes palestinianos, Jamil Shihadeh, valorizou esse “caminho de esperança, que nunca perdemos no nosso dia-a-dia”. Uma esperança, realça o dirigente sindical, baseada na determinação da Palestina para obter uma paz justa, que possibilite um novo ciclo de vida nesta conturbada região.

Enquanto essa alteração não se concretiza, o drama do povo palestiniano permanece, num cenário marcado pela agressividade e violência de Israel, que desenvolve uma autêntica política de violência e de humilhação sobre as populações civis, com o silêncio cúmplice do ocidente e das suas altas instâncias políticas, mergulhadas em profundas contradições na avaliação dos direitos humanos.

“Vivem hoje na Palestina numerosas famílias divididas. O muro de 750 quilómetros construído por Israel chegou ao ponto de dividir uma escola na zona de Jerusalém. Muitas escolas foram

destruídas. Muitos trabalhadores, incluindo docentes, são obrigados a percorrer quilómetros a mais, devido a este cerco israelita, que limita e altera os pontos de controlo, de entrada e saída no território, a seu belo prazer. Já passaram pelas prisões de Israel cerca de 60 000 presos políticos da Palestina, incluindo numerosos adolescentes. Neste momento (Julho 2007) estão nessa situação cerca de 12 000 pessoas, algumas encarceradas há mais de 20 anos, e em muitos casos longe das suas famílias”, sublinha Jamil Shihadeh.

O dirigente sindical realça, entretanto, o papel da solidariedade internacional, mostra grande confiança na luta do povo da Palestina e garante que “com um Estado verdadeiramente independente os problemas sociais e económicos seriam gradualmente resolvidos”. | JPO ■



Jamil Shihadeh

Democracia paritária se...



... a Lei da maternidade e da paternidade continua por cumprir em toda a sua dimensão - o não cumprimento das horas destinadas à licença de aleitação ou amamentação, o impedimento do gozo de férias logo após a licença da maternidade, impossibilidade das docentes contratadas gozarem a licença de maternidade, quando cessa o seu contrato de trabalho, uma vez que estando a usufruir da licença de maternidade, perdem o direito ao subsídio de desemprego, a atribuição de horário nocturno, nomeadamente, a docentes que tenham filhos menores e que estejam colocados longe da sua residência, a dificuldade de aplicação e incumprimento, no Ensino Superior, Público e Privado, Universitário e Politécnico da Lei da Maternidade e Paternidade, despedimento de trabalhadoras grávidas...

...as taxas de desemprego feminino continuam a ser mais elevadas

...continuam a promover-se imagens publicitárias atentatórias da dignidade das mulheres

...já começa a ressurgir a não aceitação de Educadores de Infância do sexo masculino

...

Então ainda temos muito para fazer, não só na intervenção directa, mas também no aprofundamento dos nossos conhecimentos quanto às questões da igualdade de género.

Assim, a FENPROF vai dar início, no seu site (www.fenprof.pt), no dia

8 de Abril próximo, a um fórum sobre a seguinte temática “AFINAL O QUE É A DEMOCRACIA PARITÁRIA?”

Esteja atenta/o e...participe.

Aplicação da Metodologia Agir para Igualdade nas Escolas

Para a sua concretização, estabeleceu-se uma parceria constituída pela CGTP-IN, entidade interlocutora, FENPROF, Associação para o Ensino Bento de Jesus Caraça, INOVINTER e Centro de Formação do Sindicato dos Professores da Região Centro, Secretaria Regional da Educação e Ciência – Açores, Secretaria Regional da Educação e Cultura – Madeira e Equipa de Avaliação.

O que, entretanto, está a acontecer nas escolas...

“Agir para a Igualdade” na ES/3 de Esmoriz

O facto dos Conselhos Executivo e Pedagógico terem assumido o Projecto “Agir para a Igualdade”, a existência de um conjunto de Professoras/es sensibilizadas/os para a temática e a disponibilidade manifestada por uma das professoras para o coordenar na escola, foram factores positivos que muito contribuíram para a sua concretização.

Contudo, diversas dificuldades foram surgindo, ao longo do percurso.

Entre a assinatura do protocolo com o Conselho Executivo da Escola, em finais do ano lectivo transacto, e o início das actividades, em Setembro de 2008, foram introduzidas profundas transformações no funcionamento das escolas, que vieram a criar enormes constrangimentos no desenvolvimento do Projecto. Entre eles, destaca-se o facto dos horários dos/as docentes serem muito extensos, sem tempos comuns, dificultando o trabalho cooperativo e a coordenação do Projecto.

Apesar dos problemas serem muitos, a formação de professores, realizada em Setembro e Outubro, permitiu mobilizar vontades e ultrapassar algumas dificuldades, por exemplo, quanto à forma de introduzir as questões da igualdade de oportunidades em função do género, no currículo formal.

A aplicação do Projecto iniciou-se em 3 turmas da Escola, de 8º, 10º e 11º anos, e hoje é possível dizer que toda a escola já foi envolvida pelas actividades que se foram desenvolvendo e, até ao final do ano lectivo, toda a comunidade escolar conhecerá e partilhará estas experiências.

O tema aglutinador é a comemoração do 25º aniversário da constituição da ES/3 de Esmoriz e todas as iniciativas que se vão realizando integram-se no plano global destas comemorações. É um projecto interdisciplinar, envolvendo sobretudo as disciplinas de português, inglês, história, TIC e Área de Projecto.

A situação da mulher ao longo dos tempos, o seu contributo para a



Agir para a Igualdade

Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens

história local, a discriminação de que continuam a ser alvo na família e na comunidade, a violência entre pares jovens em meio escolar, são algumas das temáticas tratadas com alunos/as da Escola, com o objectivo de estimular o desenvolvimento de atitudes e comportamentos não discriminatórios, que promovam a igualdade de direitos e oportunidades entre os sexos.

Ponto alto das iniciativas em curso, foi a comemoração do “Dia Internacional da Mulher”. Para além da pesquisa histórica, uma turma do 11º ano fez várias sessões, com a participação de outras turmas da escola, com palestras sobre a problemática da violência, leitura de poemas, construção e dramatização de situações que caracterizam formas de violência em família. Os alunos de uma turma do 12º ano fizeram a reportagem desta actividade num jornal de parede.

Os alunos do 8º ano debateram os direitos dos namorados e das namoradas e construíram representações gráficas da vida de um casal. Esses trabalhos estão expostos no polivalente da Escola.

Estão em curso entrevistas, inquéritos, debates, dramatizações, sobre as temáticas da Igualdade de oportunidades, bem como a elaboração de uma pequena brochura sobre os aspectos mais relevantes da vida de mulheres que se distinguiram localmente. Entre elas, está Florbela Espanca. A casa que habitou foi o local onde, há 25 anos, foi instalada a 1ª Escola Secundária, agora ES/3 de Esmoriz.

O momento de divulgação do Projecto à comunidade local acontecerá, sobretudo, no final do ano lectivo, na exposição de todos os trabalhos realizados e no sarau de comemoração do 25º aniversário da criação da Escola.

Projectos deste tipo são oportunidades para explorar caminhos para a formação cívica, social e pessoal de jovens que continuam a confrontar-se com um mundo desigual e discriminatório. É tempo de passar à generalização de práticas educativas (curriculares e não curriculares) que contemplem esta dimensão de igualdade de oportunidades. É tempo de exigir medidas governativas que o concretizem.

Manuela Silva

Nas escolas da Ilha da Madeira...

Na Ilha da Madeira, as professoras e professores envolvidos no Projecto EQUAL – “Agir para a Igualdade”, numa co-responsabilização do Sindicato de Professores da Madeira e a Parceria da Secretaria Regional de Educação e Cultura, estão a desenvolver ao longo do ano lectivo, um conjunto de iniciativas e actividades em três Escolas da Região, designadamente na Escola Básica 2º e 3º Ciclos do Caniçal; Escola Básica 2º e 3º Ciclos da Torre e a Escola Básica e Secundária da Ponta do Sol. Os oito docentes impulsionadores do Projecto, dispõem de duas horas do seu horário semanal para a dinâmica deste compromisso, que os motivou

e está a motivar os/as alunos/as. Outros colegas, técnicos e disciplinas aderiram e estão a intervir em articulação e interdisciplinaridade.

- O campo privilegiado de acção tem sido: a formação de docentes, Área de Projecto, Educação Visual, História, Formação Cívica, Serviço de Psicologia e Orientação, Clube de Dança e Teatro. As efemérides também têm sido tempos privilegiados de iniciativas diversas, debates, encenações, publicações, dinâmicas, jogos interactivos e exposições. O público-alvo tem sido os/as alunos/as do 3º Ciclo tal como os intervenientes da Comunidade Escolar. Os temas que estão a ser trabalhados circunscrevem-se à violência doméstica; divisão de tarefas domésticas; orientação sexual; condição da mulher no Mundo e na História; tráfico sexual; bulimia e anorexia; o namoro; desportos; a moda das raparigas e dos rapazes; profissões; brinquedos dos meninos e das meninas; mulheres e homens no poder; tráfico sexual e prostituição; o corpo feminino e o masculino e a igualdade de oportunidades no trabalho e na vida. Para além dos recursos utilizados da Maleta Pedagógica do Projecto outros têm sido adquiridos, construídos e adaptados às faixas etárias destas Escolas. No geral as experiências tem sido muito positivas, gratificantes e sentidas como necessárias.

Laiz Vieira



Workshop em Lisboa foi em 29 de Fevereiro de 2008

Uma das etapas previstas no Projecto Agir para a Igualdade nas Escolas foi a realização de um workshop para troca de experiências que se realizou no passado dia 29 de Fevereiro, em Lisboa, em que participaram docentes de todas as escolas envolvidas, colegas de algumas Comissões Executivas e todas as parcerias.

Alguns dos sentires do trabalho desenvolvido pelos/as professores/as nas suas escolas, num tempo de tanto desencanto mas com frutos tão ricos do seu trabalho!

O workshop intermédio do dia 29 de Fevereiro constituiu, para os/as Professores/as de S. Miguel/Açores, um espaço por excelência de partilha de acções positivas muito ricas e diversificadas, que serviu de tónico e de reforço da acção, no sentido do desenvolvimento do Projecto Agir

para a Igualdade nas Escolas. Notória a necessidade de os/as Professores/as insulares de “estarem” com os/as colegas do Continente e da Madeira, bem como com realidades diferentes das suas.

A diversidade e a criatividade manifestadas pelas Escolas envolvidas no Projecto “Agir para a Igualdade”, na abordagem da problemática de género, revelaram a importância e oportunidade do tratamento pedagógico das questões da igualdade. Apesar de todos os constrangimentos por que estão a passar os/as professores/as e as escolas, este workshop mostrou, uma vez mais, que os/as professores/as estão empenhados/as em contribuir para a mudança de mentalidades e construção de uma cidadania activa e transformadora.

Para ao/os Professoras/es da

Madeira este encontro foi muito válido, enriquecedor e revitalizador. Esclareceu e deu novas propostas criativas aos diversos intervenientes nas Escolas. Sentimos que o nosso trabalho, nas circunstâncias tão difíceis em que se vive no sistema educativo português, é urgente e determinante pela formação estruturante dos/as jovens. Foi muito importante a presença das alunas de uma das Escolas na apresentação dos seus trabalhos e na exposição crítica das suas percepções e vivências. A presença dos Conselhos Executivos também dignificou e enfatizou a necessidade da continuação destes projectos nas instituições educativas.

Valeu a pena ter levado este projecto para as escolas, tendo ficado a certeza que o trabalho realizado já “galgou” muros a está a fomentar discussão e acções concretas em prol da igualdade.

É com encanto e entusiasmo que na escola Básica 2,3 dos Olivais se fala do workshop. Este encontro para além de ter proporcionado troca de experiências entre as diferentes escolas, veio demonstrar que é possível mudar. Muitas das vezes procuramos trabalhar as questões da igualdade mas pelo facto de o fazermos de um modo mais ou menos isolado temos receios que nos são próprios perante o acto de ensinar. Foi um momento único para alguns de nós, uma vez que é a primeira vez que vêm estas questões abordadas de um modo simples e sem rodeios. Os professores regressaram à escola com as suas malas cheias de força e criatividade para dar continuidade a um projecto em que vale a pena acreditar. ■

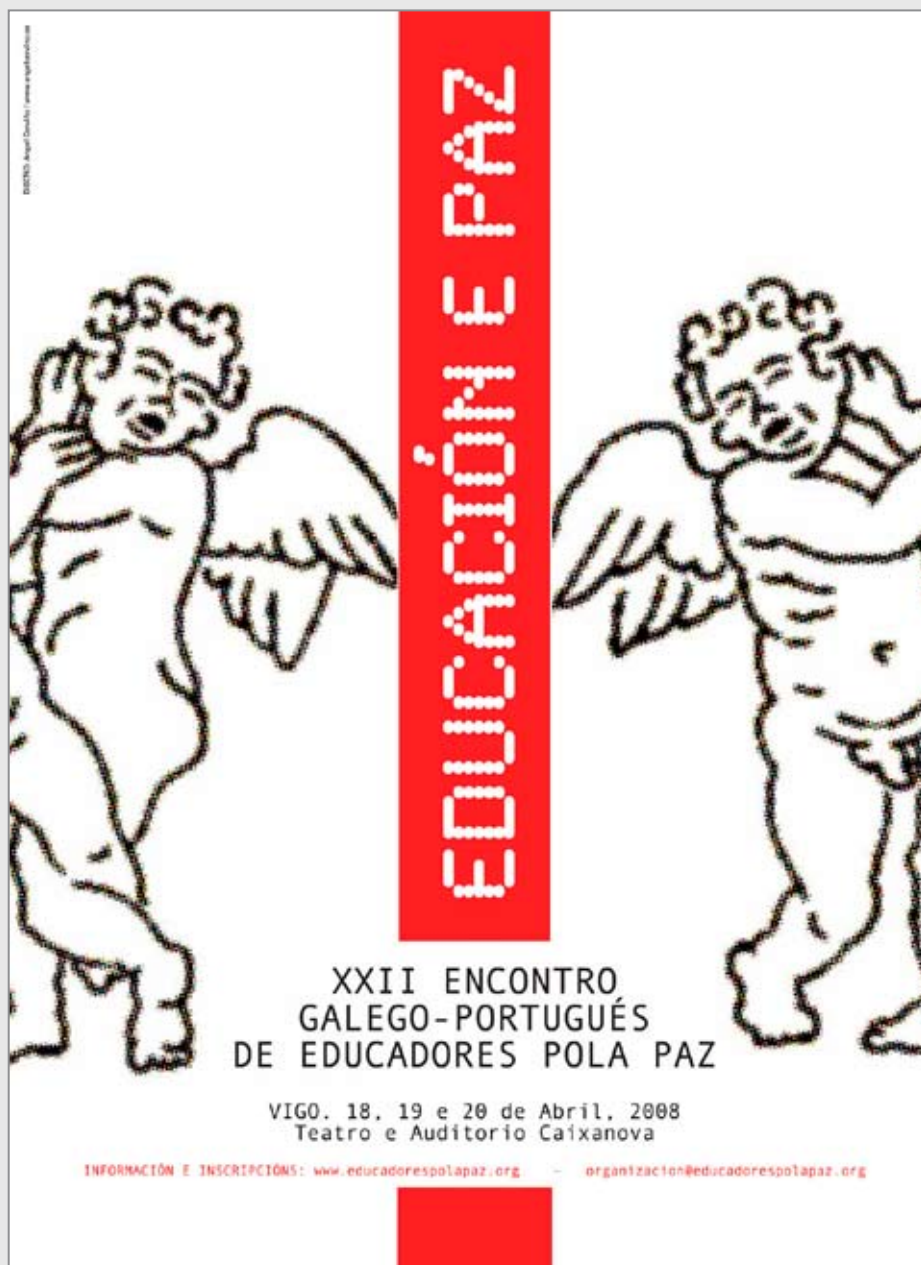
TODOS UNIDOS NA MESMA LUTA
CATEGORIA HÁ SÓ UMA - PROFESSOR E MAIS NENHUM

SEM FIM AO SITO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DE PROFESSORES

PLATAFORMA DE SINDICATOS REÚNE HOJE COM O M.E.

indicatos não se vendem

www.fenprof.pt
actualização diária



O novo encontro das educadoras e dos educadores para a paz galegos e portugueses, bem como de outras terras que nos queiram acompanhar, já está programado. Será em Vigo, a cidade onde nasceu, no ano de 1983, o grupo EDUCADORES POLA PAZ do Movimiento de Renovación Pedagógica (MRP) – NOVA ESCOLA GALEGA. Vai ser um Encontro especial por vários motivos. Em primeiro lugar, porque é a primeira vez que reuniremos em Vigo; em segundo lugar, porque, no decurso deste XXII Encontro, celebraremos os 25 anos de existência de EDUCADORES POLA PAZ, o grupo de educação para a paz mais antigo em actividade na Península Ibérica. Será, assim, um Encontro para festejar e para recordar as numerosas actividades desenvolvidas nestes 25 anos (que, na maioria, se podem consultar na nossa página

electrónica: www.educadorespolapaz.org): jornadas, cursos, conferências, encontros, revistas, livros, etc., mas também para falarmos da situação actual e do futuro. Neste sentido, dada a actualidade da temática e o nosso compromisso com a mesma, pela segunda vez, dedicamos o tema em estudo à Educação para a Cidadania e os Direitos Humanos.

Na verdade, devemos insistir e procurar novas reflexões sobre esta temática e em particular sobre a disciplina de “Educação para a Cidadania e os Direitos Humanos” que começou a ser leccionada, no ano lectivo de 2007-2008, em sete comunidades autónomas do Estado Espanhol e que, no próximo ano, se estenderá às restantes, incluindo a Galiza. Por isso, é muito importante estar atento ao que se está a fazer, às

polémicas que se continuam a gerar, às necessidades que esta nova disciplina requer, etc. Em definitivo, continuar a fazer chegar reflexões e propostas a este debate em que participamos muito activamente.

A celebração dos 25 anos e a sua realização em Vigo levaram-nos, este ano, a modificar a estrutura tradicional dos nossos Encontros. Assim, incluímos, pela primeira vez, um acto-espectáculo num teatro, em que intervirão músicos e poetas consagrados, bem como alguns dos ensaístas que colaboram nos livros “Educación e Paz I: 25 anos de Educadores Pola Paz” e “Educación e Paz II: presente e futuro da construcción da paz” que serão apresentados no referido acto (Editados por Edicións Xerais; coordenados por Xesús R. Jares; com a participação de numerosos especialistas de diferentes disciplinas e países). Também nos pareceu oportuno, nesta ocasião, prescindir das oficinas, dando preferência às conferências e conferencistas de alto valor intelectual, com grande experiência, uma extensa e sólida obra e um compromisso totalmente assumido com a temática a abordar. O esforço feito neste sentido, também é novo na nossa história. Esperamos que os nossos esforços e as nossas ilusões sejam recompensados pela participação massiva de todos os que já participaram, nalguma ocasião, nas nossas actividades e por todos os que queiram fazê-lo pela primeira vez. Para estes será, sem dúvida, um bom ponto de partida.

Assim, esperamos a vossa presença e participação activa. Até Abril, o mês da liberdade e da paz, em Vigo, de 18 a 20.

O programa e as condições e forma de inscrição podem ser consultados em www.educadorespolapaz.org

NOTA:

ENTRADA GRATUITA. As pessoas inscritas no XXII Encontro terão bilhetes reservados. As outras pessoas deverão levantar os bilhetes, através de Educadores pola Paz, na Concellería de Educación do Concello de Vigo (R. Oporto, n.º 1) ou na bilheteira do Teatro Caixanova, no próprio dia. No entanto, recomenda-se que adquiram os seus bilhetes com antecedência.

“A Desordem no Gatuskã” no Gil Vicente, em Coimbra

Estreia do novo espectáculo d`A Camaleão – Associação Cultural no dia 15 de Abril

O Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV) irá acolher, de 15 a 18 de Abril, a estreia do novo espectáculo d`A Camaleão – Associação Cultural, “A Desordem no Gatuskã”, especialmente indicado para as crianças do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico. As sessões têm início marcado para as 10h30 e as 15h00 nos dias 15, 17 e 18 de Abril. No dia 16 haverá apenas o espectáculo da manhã. Com texto de José Geraldo e José Brás e encenação de Pedro Malacas, “A Desordem no Gatuskã” reúne em palco os actores António Mortágua e João Castro Gomes. A cenografia, adereços e figurinos são da responsabilidade de Carolina Santos. A música é de José Geraldo, o desenho de Luz de Alexandre Mestre, o design gráfico de Caro-

lina Santos e a fotografia de Pedro Malacas. O técnico de luz e som é o Alexandre Mestre. A execução de figurinos é assinada por Isabel Pereira e a produção executiva por Cláudia do Vale. Um rei e um pirata de um reino imaginário (o Gatuskã) lutam entre si para conquistar o poder. Esta luta antiga prolonga-se em aventuras contínuas, encontros com personagens misteriosos, disfarces e outras peripécias, até que um dia se reconhecem: afinal eram dois grandes amigos de infância que a vida venturosa tinha separado. “Para contar esta história de amizade não recorremos apenas aos actores e à cena, mas também ao público que convidamos a assumir alguns personagens. A componente musical está sempre presente”, explicam os responsáveis do espectáculo, que tem duração prevista para cerca de 45 minutos

“Pretendemos que o sentido de serviço público esteja sempre presente no nosso trabalho, apostando por isso nas crianças e jovens. Pretendemos ainda que o prazer do teatro e do jogo se apodere da assistência e que todos possam embarcar na viagem que nos propomos guiar”, sublinha a produção.

Preço especial para as escolas: 3,00 [entrada gratuita para os professores acompanhantes dos grupos escolares].

As marcações para os espectáculos deverão ser feitas através do telefone 239 855630 ou fax 239 855637. **Para mais informações contactar:** Teresa Santos ou Elisabete Cardoso, telefone 239 855630, fax 239 855637, e-mail: escolas.tagv@gmail.com ■



EXPOSIÇÃO

Museu da Imprensa leva Bordallo a Santo Tirso

O Museu Municipal Abade Pedrosa apresenta a exposição “Bordallo Pinheiro: um génio sem fronteiras”, do Museu Nacional da Imprensa.

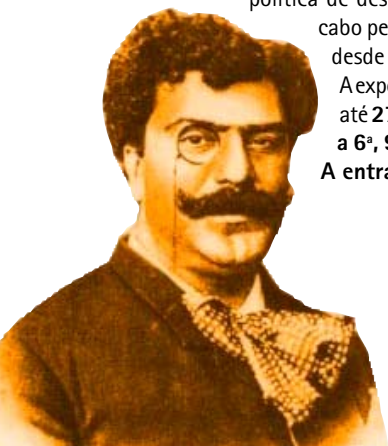
Organizada pelo Museu da cidade do Porto em colaboração com Câmara Municipal de Santo Tirso, a mostra homenageia a sua genialidade fixada em múltiplos jornais e livros, em Portugal e no estrangeiro.

A exposição é composta por cerca de setenta peças, designadamente publicações periódicas das quais, Bordallo foi fundador, ou colaborador.

Podem ser vistas autocaricaturas publicadas em jornais e revistas como o “António Maria”, “A Paródia”, “Pontos nos ii”, “Lanterna Mágica”, “Ocidente”, “Brasil-Portugal”, “Ilustração Portuguesa” entre outras. Vários “Almanaques de caricatura” com capas e ilustrações de Bordallo Pinheiro também integram a mostra. Para além das autocaricaturas, os jornais expostos abordam vários temas, privilegiando as “eleições” e as homenagens de que o caricaturista foi alvo em 1903 e 1905.

A apresentação desta mostra em Santo Tirso insere-se na política de descentralização cultural levada a cabo pelo Museu Nacional da Imprensa, desde a sua criação em 1997.

A exposição vai estar patente ao público até 27 de Abril, no seguinte horário: 3ª a 6ª, 9h–17h. Sáb. e Dom: 14h–18h. A entrada é livre. ■



EXPOSIÇÃO

“Água com Humor” inunda Museu do Hospital das Caldas

A exposição internacional de cartoon “Água com Humor” pode agora ser vista na sala de exposições temporárias do Museu do Hospital das Caldas da Rainha, até 4 de Maio próximo. Produzida pelo Museu Nacional da Imprensa e promovida pelo Centro Hospitalar das Caldas da Rainha, a exposição apresenta mais de cem cartoons sobre a “Água”, um tema cada vez mais actual.

Os visitantes poderão apreciar os premiados, as menções honrosas e os melhores desenhos humorísticos concorrentes ao V PortoCartoon-World Festival. A “Água”, recorde-se, mobilizou cartoonistas dos cinco continentes, podendo ser vistos nesta mostra trabalhos de países tão diferentes como Austrália, Bulgária, Brasil, China, Colômbia, Cuba, Indonésia, Israel, Irão, Peru, Rússia e Ucrânia, para além dos principais países europeus. Desenhos dos artistas portugueses Vasco, Eduardo Esteves e Ferreira dos Santos também integram a exposição.



Os cartoons expostos mostram os hábitos, as carências e insensibilidades humanas perante a crescente escassez de água a nível planetário e ajudam o público a reflectir sobre um problema

com que todos nos debatemos e para o qual várias organizações internacionais, designadamente a UNESCO e a ONU, têm chamado a atenção. Dada a importância do tema, a exposição do Museu da Imprensa, todos os anos é requisitada por instituições das mais diversas áreas e já foi vista por centenas de milhares de pessoas nas diver-

sas cidades por onde passou, incluindo as ilhas do Pico e Graciosa, nos Açores. As cidades espanholas Galiza e Zamora, também já receberam a “Água com Humor”. A exposição pode ser vista no seguinte horário:

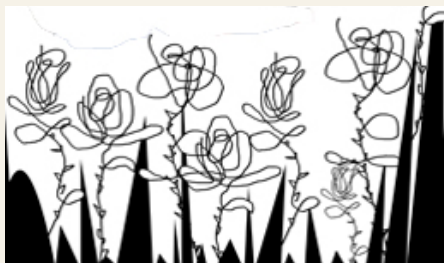
3ª a Sáb: 10h–12.30h. e 14h–17.30h. Domingos e Feriados: 9h–13h. A entrada é livre. ■

O Dia das Mentiras e Grande Ópera para Gente Pequena na sala principal e Apenas Jardim na sala estúdio

Teatro da Trindade a todo o gás!

O sempre jovem Teatro da Trindade, fundado em 1867, em Lisboa, apresenta uma diversificada programação cultural, que inclui até 27 de Abril "O Dia das Mentiras", texto de Rui Mendes a partir de duas comédias de Almeida Garrett. Fernando Gomes assina o trabalho de encenação e cenografia. A peça, com música de João Paulo Soares, pode ser vista de quarta-feira a sábado, às 21h30 e aos domingos às 16h00. Em palco estão Ângela Pinto, Bruno Batista, Elsa Galvão, Igor Sampaio, Joana Brandão, João Braz, João Didelet, Luís Mascarenhas, Rogério Vieira, Rui Santos, Sofia Petinga e Tónan Quito.

Também até 27 de Abril e na sua sala principal, o Trindade apresenta "Orfeu ed Euridice" – Grande Ópera para Gente Pe-



quena, com música de Christoph Willibald Gluck e libreto de José Luís Peixoto.

Com sessões às 16h00 aos sábados e às 11h00 aos domingos, este interessante espectáculo (para todos) tem interpretação de Natasa Sibalic e Miguel Moreira, direcção musical de Luís Pacheco Cunha e encenação de Miguel Moreira. Uma palavra especial para sublinhar o trabalho dos

bailarinos (Pedro Ramos e Félix Lozano) e dos músicos (Pacheco Cunha, Daniela Brito e Joana Bagulho).

Além da animação regular no Teatro Bar, o Trindade apresenta ainda "Apenas Jardim" na sala estúdio, em sessões de quarta-feira a sábado, às 22h00 e aos domingos às 17h00. Alexandra Sargento e Hugo Amaro (também encenador) são os autores deste espectáculo, interpretado por Patrícia Bull, João Custodio, João Cabral, Isabel Simões Marques, Hugo Amaro e Alexandra Sargento. Produção: Azul ama Vermelho_Compagnia de Teatro.

Mais pormenores pelo telefone 213420000. Atenção às condições especiais para grupos (mais de 10 pessoas): telef. 213425938. | JPO ■

PRÉMIO

Mário Cláudio recebeu o prémio Vergílio Ferreira



O escritor Mário Cláudio foi distinguido (1/03/2008) pela Universidade de Évora com o Prémio Vergílio Ferreira 2008. O galardoado congratulou-se com a distinção, em especial por ter como patrono "uma das grandes figuras de sempre da literatura portuguesa".

O escritor, que garantiu identificar-se "completamente" com Vergílio Ferreira, disse que "um prémio é sempre uma distinção, o reconhecimento do nosso trabalho".

Mário Cláudio lembrou que o patrono do prémio "acompanhou o início" do seu trabalho como escritor e foi "uma das grandes figuras da literatura portuguesa, do século XX e de sempre".

A Universidade de Évora anunciou no final de Janeiro a atribuição da 12 edição do Prémio Literário Vergílio Ferreira ao escritor português Mário Cláudio. O prémio, que distingue anualmente ensaístas e/ou romancistas de língua portuguesa, foi entregue sábado, data em que se assinala o aniversário da morte de Vergílio Ferreira, no Colégio Espírito Santo.

A atribuição do prémio 2008 foi decidida por unanimidade pelo júri, composto pelos professores universitários José Alberto Gomes Machado (Évora, presidente), José Carlos Seabra Pereira (Coimbra), Isabel Allegro de Magalhães (Nova de Lisboa) e Elisa Nunes Esteves (Évora) e pela jornalista e crítica literária Clara Ferreira Alves. | Lusa, 2/03/2008 ■

MÚSICA

De 13 a 17 de Agosto Lagos Jazz 2008



O Lagos Jazz é uma referência nos festivais nacionais de Jazz. Tem também grande repercussão para lá das nossas fronteiras.

A programação será apresentada em breve (ver em <http://www.lagosjazz.com>). O festival decorrerá de 13 a 17 de Agosto no Centro Cultural da cidade de Lagos. Manterá o seu formato, que inaugurou em 2002, e parte assim para a sua sétima edição com concertos, workshops, jazz na rua, jam sessions, e muito mais. Até hoje mais de 300 alunos passaram por estas workshops que reúnem sempre sete professores de nível internacional e que despoletaram em imensos alunos a vontade de prosseguir estudos em escolas de jazz. ■

CD's

Lançamento da 3ª edição "Marchas, Danças e Canções", de Fernando Lopes-Graça

A CGTP-IN e a Câmara Municipal de Cascais lançaram recentemente a 3ª edição da obra "Marchas, Danças e Canções" de Fernando Lopes-Graça, numa iniciativa que contou com as intervenções de Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP-IN; António Capucho, Presidente da Câmara Municipal de Cascais; Ana Clara Justino, Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Cascais; Fernando Gomes, da Comissão Executiva e responsável pelo departamento de Cultura e Tempos Livres da CGTP-IN. A apresentação da obra esteve a cargo de Nuno Cabrita, produtor da empresa Artes do Espectáculo.

Trata-se de uma reedição que para além do fac-símile do livro "Marchas, Danças e Canções", editado em 1981, inclui um CD, com idêntico título do Coro Lopes-Graça, editado em 1999 e ainda uma faixa multimédia dedicada à obra e à vida do compositor, onde se insere a edição de um conjunto significativo de pautas digitalizadas, instrumento precioso, nomeadamente para coros. ■

